



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 7 DE JANEIRO DE 2025

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)  
[Palmira Maciel Fernandes da Costa](#)  
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)  
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

## SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos, após o que desejou um bom ano à Câmara.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 42 a 44/XVI/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 394 a 415/XVI/1.ª, dos Projetos de Resolução n.ºs 499 a 514/XVI/1.ª e da Apreciação Parlamentar n.º 6/XVI/1.ª.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [509/XVI/1.ª](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República aos Estados Unidos da América.

Ao abrigo do [artigo 72.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de urgência, requerido pelo Chega, sobre «O estado da segurança em Portugal». Depois de o Deputado [Pedro](#)



























































































Quanto aos exames e diagnósticos que são feitos fora do SNS, os Srs. Deputados também acham que deveriam ser todos feitos no público. Portanto, acham que o Estado deveria ter centros de exames e centros de diagnóstico e terapêutica.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — E máquinas!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — E, como tinha isso, teria de ter todas as máquinas que permitem fazer esses exames, como as máquinas de raios X, que chegam a custar 1 a 2 milhões de euros. O Estado também fabricava essas máquinas? É até aí que vão?!

**Vozes da IL:** — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — E, depois, quanto a todos os outros consumíveis — os pensos, as ligaduras,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Tudo!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): —... as seringas, as luvas, as máscaras —, também era o Estado que iria produzir todo esse material?

Gostava mesmo de tentar perceber até onde vai o vosso pensamento e a vossa visão:...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — ... era o Estado a produzir todo este material, para permitir que tudo fosse do Estado?

*Aplausos da IL.*

O Sr. **António Filipe** (PCP): — O Estado paga, os privados lucram!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para prestar esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, do PCP.

Dispõe de 3 minutos, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, agradeço as perguntas que me foram dirigidas pelo Sr. Deputado Miguel Guimarães, pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Sandra Ribeiro e pelo Sr. Deputado Rodrigo Saraiva.

O Sr. Deputado Miguel Guimarães está equivocado! Em 2023 votámos contra o Orçamento do Estado, e, portanto, fica bem claro quais são as opções da transferência para os grupos privados.

Relativamente aos acordos, gostaria de fazer a seguinte referência: para lá da questão que se prende com o facto de o Governo se recusar a negociar, no plano da negociação coletiva, com um conjunto de sindicatos — porque é esta a verdade —, o Sr. Deputado acha mesmo que é com um aumento de 10 %, até 2027, que vai conseguir fixar médicos no Serviço Nacional de Saúde?

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Duvidoso!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Acha mesmo que é com mais trabalho extraordinário e com incentivos que vai conseguir fixar profissionais de saúde no Serviço Nacional de Saúde?

É que essas têm sido as medidas deste Governo, medidas que têm levado a que mais profissionais abandonem o Serviço Nacional de Saúde. Aliás, muitos nem sequer ponderam candidatar-se aos concursos que são abertos, ficando vagas por ocupar.

A verdade que aqui está — e esta era a questão que eu queria colocar — é a necessidade de valorizar as carreiras, as promoções, os salários, de garantir condições de trabalho e uma perspetiva de desenvolvimento profissional.

*Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.*

É isto que é necessário no Serviço Nacional de Saúde para, verdadeiramente, valorizar os profissionais, trazer a melhor prestação de cuidados de saúde aos utentes, naturalmente, e dotar o Serviço Nacional de Saúde da capacidade necessária.

Em vez disso, o que é que o Governo faz? Pega num conjunto de recursos financeiros e transfere-os para os grupos privados, que vão depois contratar os profissionais de saúde no SNS e levá-los para os seus grupos privados, retirando os profissionais ao Serviço Nacional de Saúde.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Uh! Os privados!...

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — É isto! São estas as opções deste Governo, que, já agora, tem o apoio da Iniciativa Liberal...

*Risos do Deputado da IL Rodrigo Saraiva.*

... e também do Chega.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Hã?!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — E quem é que paga às fábricas as máquinas de raios X?

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — No que diz respeito aos investimentos, para já, ficam muito aquém do que é necessário, e o Sr. Deputado — que, afinal, não tem muito interesse na resposta — sabe tão bem como eu que nem aquilo que está previsto no Orçamento do Estado é executado. Fica muito por executar!

Portanto, esta é também uma questão que leva a que não tenha havido o investimento necessário no Serviço Nacional de Saúde, porque depois é preciso ir ver da sua execução.

Relativamente aos Srs. Deputados Sandra Ribeiro e Rodrigo Saraiva, vou só fazer uma referência muito simples: aquilo em que, de facto, os grupos privados têm interesse é na doença.

*Risos da IL.*

Eles não estão preocupados com a saúde das pessoas,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isso é música de violino!

*O orador simula tocar violino.*

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — ... não querem saber da saúde porque aquilo que lhes dá lucro é a doença. É essa a verdade!

*Risos da IL.*

Vejam lá: há algum grupo privado a fazer prevenção da doença ou promoção de saúde?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Isso é uma acusação muito grave!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — É o Serviço Nacional de Saúde, e é aí que tem de haver esse mesmo investimento, para haver melhor saúde por parte dos cidadãos, para assegurar isso.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Nunca foi a uma consulta no privado?

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — E quanto a esses recursos financeiros, em vez de serem transferidos para esses grupos privados devem, sim, investi-los no Serviço Nacional de Saúde.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma declaração política, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vai, Isabel!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Desejo um ótimo ano a todos. Portugal vive uma emergência na habitação e, por isso, precisamos de medidas justas, urgentes e ousadas para garantir este direito tão básico, tão simples, tão óbvio, como é o direito a ter uma casa.

O que não precisamos é de, usando o argumento do problema, da crise, da emergência que vivemos na habitação, comprometer o futuro do nosso País, mas é isto que faz o Decreto-Lei n.º 117/2024, de liberalização da lei dos solos, que o Governo apresentou: compromete o futuro do País, não resolve o problema da habitação e aumenta a desigualdade.

Bem sabemos que o Ministro Miguel Pinto Luz disse que o problema da habitação se resolve com um sistema de transportes públicos que permita chegar rapidamente aos centros das cidades, dando por certo que a gentrificação é inevitável. Ou seja, para este Governo é aceitável que os centros das cidades sejam para os mais ricos e que quem não consegue pagar casa aí tenha de ir morar longe e perder horas em transportes, por melhores que eles sejam. Mas isto não é aceitável, e nós não o podemos aceitar.

As cidades saudáveis são aquelas onde as pessoas de todos os rendimentos, de todas as origens, convivem e vivem lado a lado. Há até autarcas do PSD que dizem defender as cidades dos 15 minutos, mas depois não garantem habitação acessível nos centros das cidades. Ora, uma cidade só é dos 15 minutos se, de forma geral, os seus habitantes viverem perto do local onde trabalham.

Ou seja, só é uma cidade dos 15 minutos se as empregadas domésticas puderem viver perto das casas onde trabalham, se quem trabalha nos cafés e nos restaurantes puder viver perto do sítio onde trabalha. Mas não é isto que este PSD e o seu Governo querem fazer. E este decreto-lei, que vem desgovernar a lei dos solos, é mais uma peça nesta visão totalmente errada do PSD para a habitação.

Em vez de se focar nos milhares de casas vazias, na reabilitação, no levantamento do património público, na construção de habitação acessível, nos instrumentos de arrefecimento dos preços do mercado, no combate à especulação imobiliária, o Governo quer desgovernar o território. Em vez de se focar nos terrenos urbanizáveis — porque existem terrenos urbanizáveis hoje onde não há construção —, o Governo opta por desgovernar os solos. Pior, com este decreto-lei vai contribuir para o aumento dos preços da habitação.

Sabemos que nos dirão que se pretende garantir que a nova construção seja para habitação pública ou de valor moderado, mas a pergunta que se impõe é esta: como é que o vão assegurar, se ligam o preço ao valor dos preços praticados pelo mercado?

Em zonas fora de Lisboa, o preço médio vai aumentar e vai aumentar a especulação imobiliária. Tudo isto à custa do nosso território e do nosso ambiente, com consequências que são irreversíveis para o nosso futuro.

Com este decreto-lei vai aumentar a dispersão urbana, inimiga do tal sistema de transporte eficiente que o Ministro Miguel Pinto Luz quer construir.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Exatamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Corremos o risco de deixar de ter uma visão integrada do território e do seu ordenamento e comprometemos os nossos solos, o nosso chão.

É realmente este o caminho que queremos seguir, especialmente sabendo nós que 70 % dos solos em Portugal estão degradados e cada vez menos saudáveis?

Não podemos subestimar a importância dos solos saudáveis para a manutenção da nossa vida neste planeta. Os solos regulam ciclos fundamentais como o da água, dos nutrientes, contribuem para o sequestro do carbono,

ajudam a mitigar os efeitos das alterações climáticas, são essenciais para a nossa alimentação e para a nossa qualidade de vida. Precisamos dos nossos solos renaturalizados e capazes de infiltrar água. Isto estará previsto até no próprio Plano Nacional de Restauro da Natureza, em que o Governo — o mesmo Governo que apresenta este Decreto-Lei n.º 117/2024 — está a trabalhar.

Sabemos que nos dirão que as áreas protegidas estão salvaguardadas, mas essa é uma visão simplista deste problema. Senão, veja-se: nem todas as áreas da Reserva Ecológica Nacional estão excluídas. As áreas estratégicas de infiltração, proteção e recarga de aquíferos, áreas de elevado risco de erosão do solo e as áreas de instabilidade de vertentes não estão listadas como exceções, o que nos coloca a todos em risco no caso de eventos extremos, como bem vimos em Valência.

No caso da Reserva Agrícola Nacional, apenas as terras com aptidão muito elevada ou elevada para o uso agrícola estão excluídas. Perceberam bem: num país onde lidamos metade do ano com falta de água, estamos a permitir que se construa em solos, tornando-os mais impermeabilizados, a dificultar ainda mais a infiltração e a recarga dos nossos aquíferos.

É preciso recentrar o debate e trazer para a discussão dados e evidências. E temos de ser muito claros: não existe tal coisa como falta de casas, tal como não existe falta de terrenos urbanos; existe, sim, falta de coragem para criar os incentivos e as políticas públicas certas para colocar as casas que já existem no mercado de arrendamento ou no de venda, para fazer o levantamento do património público e para criar habitação acessível a preços acessíveis, a preços que as famílias possam pagar.

Por isso, juntamente com o Bloco de Esquerda, o PCP e o PAN, o Livre apresentou o pedido de apreciação parlamentar deste Decreto-Lei n.º 117/2024. Apelamos, pois, à coragem de todos os partidos para que se juntem aos inúmeros especialistas que têm levantado a voz contra este decreto-lei, no sentido de revogarmos este «entorse» legislativo, como lhe chamou o Presidente da República, e de nos concentrarmos em verdadeiras políticas de habitação que garantam casa e não obriguem as pessoas a ir morar longe.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A Sr.ª Deputada tem quatro pedidos de esclarecimento. Suponho que, de acordo com os costumes, queira dividir ao meio: dois pedidos por resposta.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Muito bem.

Então, para um primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

A Sr.ª **Joana Mortágua** (BE): — Joana.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Joana Mortágua! Desta vez a culpa não foi minha, Sr.ª Deputada.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É igual!

A Sr.ª **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, em primeiro lugar queria saudar a nossa iniciativa conjunta e o facto de o Livre se ter juntado ao Bloco de Esquerda nesta apreciação parlamentar para tentar travar este «entorse».

Em segundo lugar, quero fazer notar uma coisa que a Sr.ª Deputada também disse da tribuna, que é o facto de que a regulamentação do território parece que só é boa *a posteriori*.

Quando há uma tragédia, como aquela que aconteceu na Madeira, como a de Valência, lamenta-se que não houvesse regulamentação do território; quando há um grande caso de corrupção ligado ao imobiliário, a políticos obscuros ou à promiscuidade entre interesses imobiliários e governantes com interesses obscuros, lamenta-se que não tivesse havido regulamentação para proteger o território e o bem comum da corrupção; quando há um processo de especulação que impede o acesso à habitação, lamenta-se que não tivesse havido regulamentação

na altura em que era possível travar esse processo de especulação. Mas quando se quer, de facto, regulamentar o território, nunca é bom, porque atrapalha. E, de facto, atrapalha!

A regulamentação do território atrapalha a corrupção, atrapalha a especulação financeira, atrapalha as consequências dos desastres climáticos, e é por isso que a regulamentação do território é tão importante para defender o bem comum e para defender a comunidade.

É sobre uma destas questões, em particular, que lhe quero perguntar o seguinte: acha que é compatível algum partido nesta Câmara defender o combate à corrupção mantendo ou aprovando uma lei que liberta o solo rústico para a especulação imobiliária, na dimensão em que esta liberta?

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Melo, do Chega.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes, é engraçado ver a hipocrisia, tanto do Livre como do Bloco de Esquerda ao falar nesta matéria.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Repare, vou lembrar dois casos flagrantes do que é a hipocrisia da extrema-esquerda em matéria de habitação: Ricardo Robles — lembram-se dele?! — compra um prédio por 347 000 € e vende-o por alguns milhões;...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Grande empresário!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — ... outro amigo vosso — vosso, dos dois! — Pablo Iglesias,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem! Bem lembrado!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — ... presidente do Podemos.

*Risos do Deputado do L Rui Tavares.*

Sim, vosso amigo.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Nosso amigo?!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Vosso amigo!

*Risos do BE.*

Esse mesmo Pablo Iglesias, que criticou e insultou o antigo Ministro da Economia espanhol por ter comprado um apartamento no centro de Madrid por 600 000 €, comprou uma casa pelo mesmo valor no norte de Madrid. Esta é a hipocrisia que vos caracteriza.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

*Protestos do Deputado do L Rui Tavares.*

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Isto é a extrema-esquerda no auge da sua hipocrisia.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — E sobre a lei, o que é que pensa?

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Ó Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes, eu sei que vocês queriam que tudo o que fossem apartamentos fosse propriedade do Estado, mas tenho uma má notícia para si: não é, nem será. Nem será mais o regresso do PREC (Processo Revolucionário em Curso)...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — ... como queria o Partido Socialista, com o vosso apoio.

Não é, nem será!

O futuro pertence aos privados neste País e a construção tem de ser dada aos privados.

*Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.*

O mercado tem de funcionar. Não é o Estado a dominar, como vocês querem.

Para concluir, sobre a corrupção nas autarquias de que vocês falam: Srs. Deputados, nem todos os autarcas são corruptos. Nem todos!

*Risos do Deputado do L Rui Tavares.*

Há autarcas de direita, felizmente! E às direitas!

**Vozes do CH:** — Muito bem!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Nem tudo entra no mesmo saco de gatos que são a esquerda e a extrema-esquerda juntas.

*Aplausos do CH.*

Portanto, Srs. Deputados, deixem os autarcas trabalhar.

*Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.*

Há autarcas sérios, honestos, de direita e às direitas!

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Os que saíram do Chega, há aí uns 19!...

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrelo): — Para prestar esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes.

*Protestos do BE e do L e contraprotestos do CH.*

Espere só um bocadinho, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

O Sr. Deputado Filipe Melo quer falar duas vezes?

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Fui citado, Sr. Presidente! Aquele Sr. Deputado citou-me!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrelo): — Como o Sr. Deputado sabe, tem uma voz muito forte. Portanto, quando o Sr. Deputado fala, mesmo sem microfone, parece que está a intervir.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E está!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Filipe Melo, hipocrisia é dizer que se quer combater a corrupção e depois não combater a corrupção;...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Já te expliquei, os autarcas não são todos de esquerda!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... dizer que se quer combater a especulação e não combater a especulação;...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Boa!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... dizer que se quer ajudar as famílias e depois não garantir políticas de habitação que permitam que as famílias morem juntas, que os netos vivam ao pé dos avós, por exemplo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Mas porquê?!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Isso é que é hipocrisia, é dizer-se defensor das famílias e não ajudar as famílias. Mas sabemos bem que o Chega é tudo isto.

Por isso, a resposta é muito simples... Porque, na verdade, a única pergunta que me foi feita foi pela Deputada Joana Mortágua.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — É verdade, Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua, a regulação do território é essencial a todos os níveis: permite-nos ter cidades saudáveis, permite-nos ter ecossistemas interligados.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — É isso que garante o futuro do nosso País, tanto em desastres e eventos extremos, como também no nosso dia a dia, garantindo a soberania alimentar, a qualidade do ar, tudo isto.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Muito bem!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Estás com uma voz muito estridente!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Por isso, é preciso regulamentar o território e, portanto, é preciso revogar este decreto-lei do Governo, pelo que agradeço muito ao PAN, ao Bloco de Esquerda e ao PCP termos apresentado esta apreciação parlamentar. E espero que todos os partidos se juntem porque — e respondendo então à sua pergunta, Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua — não é possível alguém dizer-se contra a corrupção e não chumbar este decreto-lei.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Gonçalo Lage, do Partido Social Democrata.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento-o a si e à restante Mesa, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, como todos sabemos, estamos aqui, neste momento, porque estamos a discutir um projeto que foi apresentado



pelo Governo e que se chamava Construir Portugal. Tinha soluções do lado da procura e tinha soluções do lado da oferta, porque única e exclusivamente endereçando estes dois problemas é que vamos conseguir o que todos queremos, que é habitação a custos mais acessíveis, habitação mais disponível, a possibilidade de as nossas famílias e os nossos jovens poderem adquirir habitação com menores custos.

O Sr. **João Vale e Azevedo** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Mas há algo que não consigo compreender, Sr. Presidente, e tenho de o perguntar à Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes. Como é que a Sr.<sup>a</sup> Deputada diz que os preços aumentam, quando nós pomos na equação construir mais? Há um problema de oferta que sentimos em Portugal!

É impossível dizermos que com todas estas medidas, que vão desde o PRR ao 1.º Direito...

O Sr. **João Vale e Azevedo** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Aliás, todos nos lembramos de que, ainda no Governo anterior, a dotação prevista dava para construir 26 000 casas.

O Sr. **João Vale e Azevedo** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Este Governo já acrescentou para 59 000 casas...

**Vozes do PSD:** — Bem lembrado!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — ... e está a atuar também do lado da oferta.

*Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.*

Esta atuação do lado da oferta, é bom que fique aqui dito, tem regras e condições próprias. Não podemos dizer que falamos em corrupção e em suspeitas em tudo o que diga respeito a construção e a autarcas, Sr. Presidente.

*Protestos do BE.*

É vergonhoso termos Deputadas e Deputados na Assembleia da República a duvidarem, a insinuarem e a questionarem os nossos autarcas, quando temos envolvidas a própria Associação Nacional de Municípios Portugueses, a própria Ordem dos Arquitetos, a própria Ordem dos Engenheiros, e mais um conjunto grande de envolvidos nesta matéria. Isto não caiu do céu!

O Sr. **João Vale e Azevedo** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Nós precisamos de mais oferta, e é com mais oferta e com total transparência, com o envolvimento dos nossos autarcas e da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que vamos conseguir ter mais casas.

E, Sr.<sup>a</sup> Deputada, quantas mais casas e mais oferta menor é o preço.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Vão ter casas de luxo mais baratas! Acredita, jovem!...

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, agradeço à Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes por ter reposto este tema no debate de hoje e, em particular, por ter abordado preocupações muito específicas que nos devem fazer refletir, designadamente a problemática das deslocações pendulares, a relação entre o trabalho e a habitação. Já agora, também a fruição dos tempos livres, o acesso à cultura, etc., bem como a problemática do declínio, quer dos centros históricos, quer de zonas degradadas na periferia e nas zonas periurbanas, assistindo-se ainda a uma fuga para urbanizações cada vez mais periféricas, além da segregação — e gostaria de voltar a esse tema da segregação, em termos de habitação pública, com a construção de bairros nas periferias.

Devo dizer que estes são temas e preocupações velhas, que o *Livro Verde Sobre o Ambiente Urbano*, da Comunidade Económica Europeia, de 1987, muito bem identificava.

Ora, o que temos aqui é que, em vez de apostarmos na reabilitação urbana, nomeadamente de fogos, e em vez de melhorarmos o regime que permite a oferta pública, e até privada, a preços regulados continuamos a fugir aos problemas e a aumentar a especulação.

Ninguém respondeu ainda a esta questão: porque é que 700 000 fogos estão devolutos em Portugal? Porque é que não são preenchidos, porque é que não são colocados no mercado a preços justos,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Porque não são do PCP, são das pessoas!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — ... razoáveis, não especulativos, para não engordar os interesses de sempre? Sr.<sup>a</sup> Deputada, tenho então de perguntar-lhe se está de acordo que é contrariando justamente estes mecanismos de liberalização e especulação que devemos continuar a combater este problema.

*Aplausos do PCP.*

*Protestos da Deputada do PSD Sónia Ramos.*

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Quantas casas tem o PCP? Tem mais casas do que a Remax!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para prestar esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre. Tem 3 minutos, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Gonçalo Lage, é verdade que o Governo apresentou um pacote relativo à habitação, mas também é verdade que as poucas medidas que o Governo já implementou aumentaram o preço das casas.

*Protestos do Deputado do PSD Gonçalo Lage.*

As casas aumentaram de preço no ano passado, também à custa das medidas que o Governo aprovou.

*Protestos do Deputado do PSD Gonçalo Lage.*

Além disso, este decreto-lei prevê a construção a «custo moderado», mas a verdade é que ligam à mediana do concelho e à mediana do País. E, considerando que a mediana do País é muito inflacionada pelos preços de Lisboa, os preços no resto do País vão aumentar à custa desde decreto-lei.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Depende da zona!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — E a verdade é que a própria Associação Nacional de Municípios Portugueses também se pronunciou relativamente a este projeto de lei, dizendo que há o risco de construção de não habitação nestes terrenos e que isso vai aumentar, até, as despesas de infraestruturção.

Ou seja, estamos a dispersar a nossa mancha urbana em vez de estarmos a concentrar as pessoas e os serviços nos terrenos que já são urbanizáveis.

*Protestos do Deputado do PSD Gonçalo Lage.*

Esta é uma das perguntas que vos devolvo, que faço à bancada do PSD e ao Governo: em quantos terrenos urbanizáveis ainda se está por construir, e que poderiam ser também aproveitados para construir habitação?

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Expropriação?!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Ligo isto à resposta ao Sr. Deputado Alfredo Maia: sim, temos de contrariar esta política expansionista no nosso território, porque o território serve para muitos fins e nós precisamos de salvaguardar o direito das pessoas de viverem junto às suas famílias, junto às suas comunidades, e isso faz-se garantindo habitação acessível nos centros das cidades, em todas as zonas que já são urbanizáveis.

Isso, sim, permite que as pessoas tenham a sua comunidade, o seu tempo livre, que é tão importante.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Deus me livre! Credo!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — É o que permite que tenhamos um território organizado para fazer face às alterações climáticas e também à questão da soberania alimentar, que continua a ser muito importante neste País.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Queres é tempo livre!

*Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente José Pedro Aguiar-Branco.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP, que dispõe de 6 minutos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A recuperação da importância da defesa nacional foi uma das prioridades do Programa do Governo e do início da sua ação.

Durante a governação do Partido Socialista, a área da Defesa Nacional foi praticamente invisível e uma das principais consequências dessa falta de atenção ao tema da defesa nacional foi a degradação do contingente disponível ao serviço de cada um dos ramos, onde não só se atingiram os números mais baixos de sempre como também ficaram muito abaixo do mínimo exigível para se manter a capacidade operacional das nossas Forças Armadas.

Assim sendo, o ponto de partida para este Governo tinha, naturalmente, de considerar a conjuntura internacional, que é mais exigente neste momento do que o foi noutros; o compromisso de investimento de 2 %, de acordo com aquilo que assumimos com a NATO (North Atlantic Treaty Organization) — e que também tem, neste momento, uma exigência maior do que teve noutros momentos —; e a necessidade de reequipar os vários ramos das Forças Armadas.

Ainda assim, foi assumido pelo Sr. Ministro da Defesa Nacional que a prioridade seria dada às pessoas, desde logo aos militares no ativo. Foi por isso que o Governo começou por fazer o maior aumento combinado de salários, suplementos e, também, de apoio em caso de incapacidade ou morte em serviço. Todo este aumento combinado representou um investimento de cerca de 120 milhões de euros.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — No âmbito destes 120 milhões de euros, foi atualizado o suplemento da condição militar, foi revista a distância para o suplemento de residência, foram aumentados os subsídios de embarque e de serviço aéreo, foram criados subsídios para inativação de engenhos explosivos e

para operação em câmara hiperbárica e foi ainda criada uma compensação muito importante relativamente à invalidez ou morte em serviço.

Além do apoio dado aos militares no ativo, foi também assumido por este Governo a necessidade e o compromisso de valorizar os antigos combatentes e os deficientes das Forças Armadas.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Valorizar aqueles que noutros períodos combateram, desde logo na Guerra do Ultramar, mas também todos aqueles que integraram forças nacionais destacadas que honraram a nossa bandeira e deram a sua vida pelo combate pela mesma e pela Pátria.

É por isso que os antigos combatentes e os deficientes das Forças Armadas merecem esta discriminação, desde logo a nível dos medicamentos para os antigos combatentes. Sabemos que é uma despesa essencial para quem está numa fase da vida em que, infelizmente, tem uma dependência grande dessa medicação, e que no passado, por esta compensação não ser feita a 100 %, por a comparticipação ser apenas parcial, teve muitas vezes de fazer opções difíceis e inaceitáveis entre adquirir os medicamentos de que necessita ou outros bens básicos, como sejam os de alimentação.

Nesse sentido, este Governo e o Ministério da Defesa Nacional definiram que, a partir de 1 de janeiro deste ano, a comparticipação da parte remanescente dos medicamentos dos antigos combatentes seja feita a 50 % e que, a partir de 1 de janeiro do ano que vem, passe a ser a 100 %.

Este sistema entrou em vigor no dia 1 de janeiro, e, desde então, já foram dispensadas mais de 10 000 receitas, em poucos dias, o que representa bem a importância desta medida para os antigos combatentes.

A entrada em vigor não foi isenta de alguns problemas, os quais, obviamente, mereceram a maior atenção, seja aqueles que tenham a ver com receitas prescritas antes do dia 1 de janeiro, ainda no ano passado, e que portanto o sistema não reconhecia para efeitos de elegibilidade, seja em relação aos cidadãos que, sendo antigos combatentes, ainda não estão aposentados e, portanto, também não eram considerados pelo sistema.

É importante aqui afirmar que o SPMS (Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE) já analisou todos esses casos e, informaticamente, está a resolvê-los, garantindo que no fim da próxima semana todos estarão resolvidos na totalidade. Estamos a falar de 300 000 cidadãos que são antigos combatentes e vão beneficiar deste apoio, que, como disse, em menos de uma semana já permitiu mais de 10 000 dispensas de medicamentos com 50 % de financiamento da parte remanescente em relação àquilo que era anteriormente participado.

Mas este Governo assumiu também a responsabilidade de resolver outra herança pesada, no caso, em relação aos deficientes das Forças Armadas. Quando entrou em funções, este Governo encontrou um número muito significativo de processos de atribuição da condição de deficiente das Forças Armadas por resolver. Pior: o prazo médio de atribuição desta qualidade era de sete anos!

Ora, estamos a falar, essencialmente, de antigos combatentes da Guerra do Ultramar. É inaceitável pensar que pessoas que estão nesta fase da vida ainda tivessem de esperar sete anos para conseguirem ver reconhecida a sua condição e qualidade de antigo combatente.

Foi por isso que o Governo estabeleceu um protocolo com a Ordem dos Advogados para, entre 30 e 60 dias úteis, resolver os mais de 200 processos que herdou, bem como aqueles que, entretanto, também entraram.

Estas são algumas das medidas que, ao longo da Legislatura, vão prestar justiça aos antigos combatentes e aos deficientes das Forças Armadas, porque a valorização das Forças Armadas não pode ficar apenas pelos meios ou pelos recursos humanos, também tem de ficar pela honra e pela glória...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem cinco pedidos de esclarecimento. Como pretende responder?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Respondo primeiro a três e depois a dois, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, Sr. Deputado.

Para um primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Simões de Melo, do Chega, dispondo de 2 minutos para o efeito.

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado João Almeida, antes de tudo, desejo a todos, nesta primeira sessão de 2025, um bom ano. Nós, no partido Chega, tudo continuaremos a fazer para que seja um excelente ano para os portugueses.

**Vozes do CH**: — Muito bem!

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — O Sr. Deputado desfilou um conjunto de medidas — umas tomadas, outras somente anunciadas — para as Forças Armadas e para os antigos combatentes.

Algumas são tão boas que parecem ainda não ter saído do papel. O Sr. Deputado consegue garantir que, no final da próxima semana, os antigos combatentes poderão ter acesso, nas farmácias, ao desconto para os medicamentos?

Outras, quase que apetece dizer, são imorais. Como é que uma associação tutelada pelo Ministério da Defesa Nacional, a Liga dos Combatentes, cujos associados podem não ser antigos combatentes, garante o acesso ao Hospital das Forças Armadas (HFAR) aos seus membros, quando os antigos combatentes não pertencentes à Liga não poderão aceder a ele?

**Vozes do CH**: — Muito bem!

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Estará o CDS disposto a ajudar a corrigir esta iniquidade?

Aumentaram os vencimentos dos militares, essencialmente através dos suplementos especiais, mas diminuiu o investimento no equipamento e armamento. Estamos certos de que, na Cimeira da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), em Haia, este ano, será pedido a cada Estado aliado um investimento na defesa de 3 %, 4 % ou mesmo 5 % do produto interno bruto, numa proporção de 60 % para pessoal, 20 % para equipamento e 20 % para a operação.

Nós, Portugal, continuamos a ser um dos países que menos investe na defesa e que mais gasta em pessoal. Assim, a última questão é simples: por falta de investimento no armamento e equipamento, iremos passar de umas Forças Armadas para umas «forças desarmadas»?

*Aplausos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Depois disto, não há nada a dizer!

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem agora a palavra o Sr. Deputado Silvério Regalado, do PSD, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Silvério Regalado** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, queria desejar um bom ano a todos os Srs. Deputados e também aos nossos militares, principalmente aos que estão nas Forças Nacionais Destacadas.

Sr. Presidente, gostaria, primeiro, de agradecer ao Sr. Deputado João Almeida por ter trazido este tema tão importante, a defesa nacional, e que está tão na ordem do dia, em matéria europeia e internacional.

Queria também dizer que este Governo, desde que tomou posse, tal como o Sr. Deputado aqui referiu, sempre deu a primazia à área da defesa nacional, tendo o Sr. Deputado dado destaque às medidas que era necessário tomar neste sector. Este trabalho era fundamental para alterar a situação de verdadeira sangria que estava a acontecer nos três ramos das Forças Armadas — não era em nenhum ramo em particular, mas nos três.

Era, pois, necessário dignificar as Forças Armadas e a condição militar e era fundamental não só olhar para aqueles que estão hoje ao serviço, mas, também, para aqueles que já prestaram serviço militar, quer na Guerra Colonial, como disse o Sr. Deputado, quer nas Forças Nacionais Destacadas.

Para aqueles que estão hoje ao serviço, foi feito o maior aumento remuneratório de que há memória em Portugal. Para aqueles que fazem parte do contingente que já prestou esse serviço militar, foram também tomadas algumas medidas fundamentais.

Aquilo que queria perguntar ao Sr. Deputado é o seguinte: considera que estas medidas que foram tomadas — tanto para os militares que estão atualmente ao serviço, como aquelas que destacou para os deficientes das Forças Armadas e também para os antigos combatentes — terão importância no âmbito do recrutamento?

Já que hoje, como assinalou, e muito bem, esse é um problema grande das nossas Forças Armadas e, portanto, é necessário criar medidas e criar incentivos, gostaria de saber se as medidas que o Sr. Deputado nos apresentou, e que considera positivas, terão esse efeito positivo no âmbito do recrutamento.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, dou agora a palavra ao Sr. Deputado António Filipe, do Partido Comunista Português, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Almeida, nesta Assembleia, em matéria de defesa nacional e Forças Armadas, há um longo percurso de convergências e de divergências.

Há convergências relativamente aos deficientes das Forças Armadas e ao pessoal das Forças Armadas, mas há divergências, designadamente em matéria de reequipamento, quando discordamos de opções que são feitas em função de exigências decorrentes da pertença à NATO,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ah!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... e quando achamos que o que se devia defender era o interesse da defesa nacional.

Porém, mesmo relativamente àqueles aspetos em que há convergências, há questões que devem ser suscitadas. Achamos que tudo o que seja para melhorar as condições remuneratórias dos efetivos das Forças Armadas e as condições de prestação de serviço das Forças Armadas deve ser feito.

Não podemos esquecer que, em termos numéricos, Portugal tem um baixo nível de efetivos das Forças Armadas, um nível sem precedentes.

O Sr. **Silvério Regalado** (PSD): — É verdade!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Há muito que está ultrapassado aquele que é considerado o mínimo dos mínimos para o funcionamento dos vários ramos das Forças Armadas. É importante saber o que é que o Governo tenciona fazer para inverter essa situação e para fazer com que o serviço das Forças Armadas seja mais atrativo para os jovens portugueses.

Em relação aos antigos combatentes, essa é uma matéria sobre a qual também há um grau relativamente elevado de convergência, mas há uma questão que fez com que o PCP se abstivesse aquando da última versão aprovada do Estatuto dos Antigos Combatentes, que é a da não aceitação da nossa proposta de consagração de uma pensão mínima de dignidade, ou seja, que nenhum antigo combatente possa auferir uma pensão menor do que o salário mínimo nacional.

Essa é uma proposta que o PCP tem vindo a fazer ao longo dos anos e que, infelizmente, ainda não teve a concordância, designadamente do CDS e do PSD, para que possa ser uma realidade. Portanto, a questão que coloco é a seguinte: qual é a disponibilidade para aceitar esta proposta de consagração de uma pensão mínima de dignidade para os antigos combatentes?

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, dispondo de 3 minutos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Deputados Nuno Simões de Melo, Silvério Regalado e António Filipe, muito obrigado pelas questões colocadas.

Começando pelo Sr. Deputado Nuno Simões de Melo, das medidas que referi, não há nenhuma que não esteja ainda em vigor — não estão sequer em fase de aplicação, estão já a ser aplicadas.

Relativamente às farmácias, não lhe garanto que é para o fim da próxima semana, mas para o início da próxima semana. Como disse na tribuna, as únicas situações que, neste momento, não estão resolvidas têm a ver com receitas que eram de uma data anterior a 1 de janeiro e que, portanto, o sistema informático não reconhece como elegíveis, e com receitas de antigos combatentes que não são aposentados e que, portanto, inicialmente, o sistema também não reconhecia. São as duas situações que estão a ser resolvidas. Não estarão resolvidas no final da próxima semana, estarão resolvidas no início.

Relativamente à questão da Liga dos Combatentes e do HFAR, como sabe, essa não é uma questão de agora. É uma questão discutível, mas não estamos a falar de uma associação qualquer, estamos a falar de uma entidade, que é a Liga dos Combatentes, que representa os antigos combatentes e que está integrada na orgânica do Ministério da Defesa. Não é um serviço público, mas está integrado no âmbito do Ministério da Defesa.

Preocupa-me — vou ser muito sincero — a questão de poder haver antigos combatentes que possam ficar excluídos e acho que devemos discutir essa matéria com toda a abertura, sem desvalorizar o papel que a Liga dos Combatentes tem, e que é muito importante, desde logo, na dignidade com que representa os veteranos portugueses que participaram em tantas missões.

Depois, Sr. Deputado António Filipe, disponibilidade para discutir, sim. Como sabe e, muito bem, referiu, houve bastante convergência relativamente à questão do Estatuto do Antigo Combatente, mas há matérias pontuais em que não houve acordo. É desejável que, ao longo desta Legislatura, possamos voltar a esse debate.

Sr. Deputado Silvério Regalado, ao melhorarmos as condições daqueles que, neste momento, prestam serviço e exercem funções nas Forças Armadas, e ao reconhecermos também aqueles que já o fizeram, estamos a dar um sinal muito positivo àqueles que agora possam vir a integrar as Forças Armadas, não só em relação àquilo que pode ser a sua vida neste momento, mas também ao que poderá vir a ser no futuro.

Sabemos que países que honram os seus veteranos e que reconhecem os seus veteranos são aqueles que, normalmente, também têm melhores condições para recrutar. Não é por acaso que nos 2 % que a NATO exige, são elegíveis as verbas com os antigos combatentes; é exatamente porque, no contexto da NATO, é valorizado o reconhecimento daqueles que já prestaram serviço no passado.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sobre o investimento em meios, que vários Srs. Deputados aqui referiram, não só vamos cumprir como também vamos antecipar o cumprimento dos 2 %. Não, não vão ser umas «forças desarmadas», Sr. Deputado Nuno Simões de Melo. Na próxima resposta — porque o tempo, nesta, está mais curto — poderei explicar-lhe quantas aquisições estão a ser feitas e por que valores, para perceber que as Forças não só não vão ser «desarmadas», como vão estar ainda mais bem armadas do que estavam no passado,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... e com mais militares para as poderem servir.

*Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Dias, do Partido Socialista, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Luís Dias** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado João Almeida, em primeiro lugar queria dizer que, durante anos, ouvimos a direita acusar um certo partido de ter uma cassete metida, mas eu recomendava ao Sr. Deputado, neste arranque de ano, que desligasse o *repeat* no *Spotify*, porque esta

cantiga nós já ouvimos várias vezes, no final do ano passado, por parte do Sr. Ministro Nuno Melo, mencionando aquele que foi o trabalho feito.

Aquilo que interessa, neste momento, é olhar para a frente e tratar de problemas que também são os problemas reais do nosso País e das Forças Armadas portuguesas. Portanto, também fica esse pedido para inovar um pouco no compêndio discursivo.

Queria colocar algumas questões que têm a ver com a dificuldade que todos reconhecemos em alguns países da NATO em cumprir a meta dos 2 % com despesas de segurança e defesa. Portugal não é caso único, temos o Canadá, temos a Espanha, temos a Itália, temos o Luxemburgo, temos a Bélgica — são vários os países que não conseguiram ainda atingir essa meta.

Em junho do ano passado, quando preparávamos a participação na Cimeira dos 75 anos da NATO, que se realizou em Washington, vimos e ouvimos o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, anunciar um plano credível para o cumprimento desses 2 %. Ouvimos depois o Ministro da Defesa Nacional, Nuno Melo, anunciar também esse plano credível que iria colocar Portugal na rota do cumprimento dos, então, 2 % do PIB.

Na cimeira propriamente dita, tivemos o Sr. Primeiro-Ministro a anunciar a redução para 2029 do objetivo, mas tivemos, mais recentemente, no final do ano, o novo Secretário-Geral da NATO, Mark Rutte, a dizer que os 2 % não vão chegar e é preciso ampliar esta meta.

A questão primária que lhe quero colocar é esta: qual é este plano credível que nós não conhecemos, que Portugal não conhece, e que o Governo tem para cumprir os 2 %? Qual é a flexibilidade desse plano para, em caso de necessidade, acompanhar os 3 %, ou mais, que a NATO nos vai exigir? Já agora, ao nível dos investimentos, o que é que está previsto para esse cumprimento?

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Prosseguimos com mais um pedido de esclarecimento, desta vez do Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Almeida, queria cumprimentá-lo pela sua intervenção.

Acompanhamos todos os avanços, todas as correções às injustiças várias de que os antigos combatentes e os deficientes das Forças Armadas foram alvo, alargando os seus apoios sociais, o seu acesso à saúde.

Como é sabido, essa guerra terrível, que durou de 1961 a 1974, fez com que o Estado português recrutasse mais de 1,5 milhões de pessoas, sendo que um terço desse mesmo recrutamento foi feito nos territórios ocupados por Portugal — em Angola, em Moçambique e na Guiné. Falamos de pessoas que, à época, eram cidadãos portugueses e que foram obrigados a cumprir serviço militar obrigatório.

Em 1974, o Estado português comprometeu-se com esses mesmos soldados, nomeadamente com os comandos africanos, a pagar uma pensão de sangue, uma pensão de invalidez, uma pensão de reforma pelos serviços militares que foram prestados às Forças Armadas portuguesas.

Como é sabido, nunca houve lugar à correção dessa injustiça. Essa pensão nunca foi paga e pergunto ao Sr. Deputado João Almeida se, 50 anos após o 25 de Abril, 50 anos após o fim da Guerra Colonial, não é altura de honrar a palavra do Estado português e de corrigir essa injustiça.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, agradeço ao Sr. Deputado Luís Dias e ao Sr. Deputado Fabian Figueiredo as questões que colocaram.

Sr. Deputado Luís Dias, na resposta, vou exatamente repegar naquilo que tinha ficado também da resposta ao Sr. Deputado Nuno Simões de Melo quanto ao reequipamento das Forças Armadas.

O caminho para atingirmos os 2 % em 2029, antecipando um ano, como disse, e como anunciado pelo Sr. Primeiro-Ministro, tem várias dimensões. Tem, por exemplo, a dimensão da valorização dos recursos humanos



e, portanto, da valorização dos militares, que implica, por um lado, aumentos na retribuição a esses militares e, por outro, aumento do contingente. Esta dimensão aumenta naturalmente a despesa com pessoal.

Aí entra também a questão que coloca o Deputado Nuno Simões de Melo. Então, mas nós vamos fazer um caminho que é exclusivamente assente nos recursos humanos? Obviamente que não. Há uma dimensão de reequipamento das Forças Armadas em que, como sabemos até pelas audições que fizemos aos chefes, todos os ramos estão a trabalhar para identificar as aquisições prioritárias de acordo com a lógica de cada um para podermos cumprir o investimento.

Do que está em curso, posso lembrar os quatro helicópteros *Black Hawk*, que representam 40,8 milhões de euros; os 36 equipamentos de artilharia CAESAR (*camion équipé d'un système d'artillerie*), que representam 270 milhões de euros; as antiaéreas *RapidRanger*, que representam 38,79 milhões de euros; os 12 aviões *Super Tucano*, que representam 200 milhões de euros; e os dois aviões *Canadair* que representam 100 milhões de euros. Tudo isto são procedimentos que estão em curso.

Naturalmente, durante este período e até 2029, teremos de repensar outros. Por exemplo, todos sabemos que, na Força Aérea, relativamente aos caças, temos de identificar qual será o nosso posicionamento nesse reequipamento e saber qual a opção que iremos escolher.

Relativamente ao plano, ele tem a ver com a concretização. Como sabe, há uma dimensão também muito importante das indústrias de defesa, não só para nós aproveitarmos, mas também, com a necessidade que outros países têm, para que as nossas indústrias de defesa possam vender a outros países que precisam de fazer este investimento durante este período. Portanto, não lhe vou anunciar um plano que nem um ministro nem outro anunciaram ainda ao Parlamento, mas todos sabemos qual é a lógica do mesmo.

O tempo está a acabar, mas, relativamente ao Sr. Deputado Fabian Figueiredo, há reparações históricas que têm de ser feitas, Sr. Deputado, reconheço que sim. Preocupa-me, por exemplo, uma, e gostava de saber se o Bloco de Esquerda está de acordo, que é em relação aos espoliados.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso na cabeça do Bloco não existe!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ou seja, em relação a todos aqueles que saíram, de um dia para o outro, de cada um desses territórios, que vieram com a roupa que tinham no corpo e que perderam tudo o que tinham acumulado ao longo de uma vida, com o seu suor, com o seu trabalho.

Infelizmente, muitos, ainda hoje, continuam a viver com o rótulo de «retornados» sem que lhes seja feita justiça em relação a tudo o que deram ao País, não tendo culpa nenhuma de estarem numa geografia diferente daquela que é a geografia continental.

*Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para fazer uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Eduardo Reis, do PSD.

O Sr. **Carlos Eduardo Reis** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Governar não é nem pode ser um ato de retrospectiva constante, mas esta Câmara compreenderá que esta semana é inevitável começar por aí.

Há um ano e dois dias demitia-se o 12.º membro do Governo do Partido Socialista em menos de um ano de governação.

O Sr. **Silvério Regalado** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Carlos Eduardo Reis** (PSD): — Esteve umas meras 25 horas no cargo, numa maioria absoluta que perdeu 11 secretários de Estado, três ministros e, no final, um Primeiro-Ministro.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, num tempo relativamente aproximado de governação, não há uma única saída ou demissão do Governo da Aliança Democrática — uma única!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Mas devia!

O Sr. **Carlos Eduardo Reis** (PSD): — Isto não devia servir como barómetro de resultados políticos, mas, na verdade, o anterior Governo, ainda que, gozando de uma maioria confortável,...

*Protestos do BE.*

... transformou o valor da estabilidade política num objetivo difícil, porque este não era nem foi um dado adquirido quando o povo mais confiou no Partido Socialista.

Muitos bodes expiatórios foram ensaiados, mas o facto é um: quando o Partido Socialista saiu do Governo, a estabilidade e a acalmia regressaram ao País.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Carlos Eduardo Reis** (PSD): — Creio que é justo reconhecer, a este propósito, que tal não foi um acaso. Quero com isto dizer que o País não precisava apenas de uma mudança de protagonistas, como também de uma mudança de rumo, e o caminho percorrido desde então tem mais a ver com quem está do que com quem deixou de estar.

Durante nove anos, o Partido Socialista acreditou na estabilidade com base na inércia, não compreendendo que ignorar os problemas estruturais do País, ou despejar dinheiro dos contribuintes sobre eles, não só não resolveria esses problemas, como acentuaria o seu impacto na vida dos portugueses.

Assim foi, mas, felizmente, assim deixou de ser, com a pacificação entre as tutelas e os diversos setores do Estado, com Ministros da República que deixaram de ser adversários e passaram a ser interlocutores dos profissionais de cada área, com a coragem de decidir com responsabilidade e não apenas com impetuosidade.

*Aplausos do PSD.*

Foi assim com o primeiro Orçamento do Estado que em décadas não aumenta um único imposto, antes baixa a carga sobre o rendimento.

Foi assim com a decisão da localização do novo aeroporto 50 anos depois. Como gostam de dizer: deixámos de arrastar os pés.

*Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.*

Foi assim com as matérias migratórias, depois de nos entregarem num país com mais de 400 000 processos pendentes, deixando gente na incerteza, sem futuro, com horizontes de vida de periodicidade semanal.

Foi assim ainda na resposta à crise da habitação: 30 anos depois do Programa Especial de Realojamento e da erradicação de barracas, um marco no Estado social português e com a chancela das maiorias transformadoras de Cavaco, Portugal volta a ter o maior investimento em habitação pública.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Portugal volta a ter barracas!

O Sr. **Carlos Eduardo Reis** (PSD): — Podem ter a certeza: vamos mesmo recuperar o tempo perdido.

*Aplausos do PSD.*

Mas, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, também foi assim nos transportes, com mais de 50 000 passes ferroviários verdes vendidos a contribuírem para a mobilidade sustentável dos portugueses.

Na agricultura, voltámos a falar a linguagem de quem cultiva a nossa terra, a reforçar rendimentos, a duplicar apoios, pagando a tempo e horas.

Resgatámos ainda os interlocutores e decisores regionais — mais um erro do anterior Governo que corrigimos.

E pensarão agora: «Não arriscará a falar de saúde.» Enganam-se! Quem duplicou o investimento em saúde conseguindo piores resultados deve corar antes de apontar o dedo.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Deve refletir e dar espaço à implementação de novas políticas.

*Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.*

Aqui, não é o benefício da dúvida que peço, é decoro político.

Por isso, compreendam, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, que é com *fair play*, com muito *fair play*, que vejo os cartazes do Partido Socialista na rua apresentando-se como a força do progresso, quando se fez mais em oito meses de Governo PSD/CDS do que em oito anos de situacionismo socialista, com ou sem muletas mais radicais.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

E o mais relevante, na entrada deste novo ano, é que os portugueses também já se aperceberam que o atual Governo não está só a fazer mais do que o anterior; está a fazer melhor do que o PS de hoje faria.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Carlos Eduardo Reis** (PSD): — Porque está ao lado dos mais velhos e vulneráveis, ajudando-os a preservar a sua saúde, com medicamentos gratuitos para os 140 000 beneficiários do complemento solidário para idosos, que, diga-se, conosco, já sofreu dois aumentos.

Porque está a responder às exigências que tem um país que quer continuar a ser um dos mais seguros do mundo, quando não é ingénuo na abordagem em relação a esta condição, uma condição que é preciso cuidar e que só se mantém na prevenção.

Está a fazer melhor do que o anterior Executivo faria, porque também está a executar o PRR a um ritmo que permite alavancar empresas e economia, garantindo o crescimento como escudo do nosso Estado social.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Carlos Eduardo Reis** (PSD): — E porque está a fazê-lo exatamente como disse que faria: em diálogo permanente com os parceiros sociais, ouvindo e partilhando ideias com empreendedores, com a sociedade civil, ao lado e não contra os seus autarcas, lutando por um país que, nove anos depois, tem direito a mais do que palavras e *PowerPoint*.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, façamos deste ano de 2025 um ano de compromisso, mais do que de polarização; um ano de serviço, não apenas de ambição; um ano em que vamos lembrar todos os dias o nosso objetivo: tornar melhor a vida dos portugueses, voltar a acreditar em Portugal.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É o próximo Deputado do Chega!

O Sr. **Presidente:** — O Sr. Deputado tem sete pedidos de esclarecimento e diz-me que vai responder primeiro a quatro e depois a três.

Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, do Chega, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Carlos Eduardo Reis, é com muito gosto que o vejo voltar às declarações políticas e a falar nessa bancada do PSD, porque é um Deputado por quem tenho um grande respeito e sei que é dos bons Deputados que o PSD tem. É pena que às vezes os bons Deputados sejam encostados um pouco lá para trás, mas isso será certamente uma decisão que o PSD tem de tomar.

*Risos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.*

O Sr. Deputado fez uma comparação com o Governo do Partido Socialista, mas, Sr. Deputado, tenho de lhe dizer: a comparação é péssima. É que o Governo do Partido Socialista foi mesmo muito mau. Foi mesmo muito, muito, muito mau para o nosso País. Portanto, não era difícil este Governo fazer melhor.

Falou que não há demissões. Sr. Deputado, não há demissões porque também não tem havido vergonha da parte deste Governo do PSD.

*Aplausos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> Ministra da Administração Interna já se devia ter demitido, a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde já se devia ter demitido e a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Justiça já se devia ter demitido. Só me lembrei de três, posso lembrar-me de mais alguns, até.

Reparem bem, em relação às forças de segurança: continua a faltar a equiparação entre o suplemento de missão entre a PSP, a GNR e a Polícia Judiciária. Os bombeiros continuam entregues à sua sorte, como se viu na passada semana, infelizmente, com mais um morto num acidente, porque as viaturas não têm condições. Na saúde, as pessoas estão 13, 16, 20 horas à espera de uma consulta nos hospitais.

Portanto, qual é a diferença entre este Governo e o Governo do Partido Socialista?

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Zero! Nenhuma!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E mais: a violência nos bairros continua, continua a aumentar e a polícia continua sem força para lá entrar. E continua a dizer Luís Montenegro, como fazia António Costa, que somos o País mais seguro do mundo. Ou seja, é isto que temos deste PSD e deste Governo.

Depois, nas escolas, milhares de alunos continuam sem aulas a pelo menos uma disciplina.

Este PSD é um PSD que anda à babugem de André Ventura, a tentar imitar o Chega, mas não consegue imitá-lo, porque o original, repito, o original somos nós. Isso é uma cópia, uma cópia rebuscada do Chega! Não conseguem lá chegar!

Mais: tentam imitar um discurso que não é o vosso, tentam entrar em matérias que não são as vossas. Os senhores nunca defenderam os polícias, nunca defenderam os bombeiros, nunca defenderam os oficiais de justiça. Essa defesa é sempre feita pelo Chega! Os senhores nunca conseguiram fazer isso e tentam imitar, mas a imitação nunca é tão boa como o original.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para o segundo pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, do PCP, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, parece que o Governo, o PSD e o CDS procuram habituar o País a um retrato que não tem nenhuma correspondência com a realidade. Esse foi, mais uma vez, o exercício que o PSD veio fazer hoje aqui nesta sua intervenção.

A realidade do dia a dia, o que os trabalhadores, os reformados e os jovens sentem, olhe, é que entrámos em 2025 com o aumento de preços de bens e serviços essenciais e com salários e pensões que não foram devidamente valorizados no seu poder de compra para enfrentar esta situação.

Entrámos em 2025 e ainda há pouco tivemos oportunidade de discutir aqui, na intervenção do PCP, as urgências fechadas, os elevados tempos de espera, e o Governo continua a não dar resposta a nenhum destes

problemas. Entrámos em 2025 com milhares e milhares de alunos que não têm professor a todas as disciplinas e, mais uma vez, o Governo continua a não tomar as medidas estruturais necessárias para resolver este problema.

Estou a dar um conjunto de exemplos, mas poderia falar de mais, como da habitação, com preços que são elevadíssimos e incontroláveis, tendo em conta os rendimentos no nosso País. E o que é que o Governo fez para controlar e reduzir o preço das rendas? Nada. Aliás, o que tem feito é exatamente incentivar e promover a especulação, com as decisões que tomaram ao tentarem que tal passasse despercebido junto dos portugueses. Portanto, esta é, de facto, a realidade do nosso País.

Há uma questão que queria suscitar e que se prende com o seguinte: o Partido Socialista, na governação de maioria absoluta, de facto, não resolveu um conjunto de problemas e é responsável por um conjunto de problemas no nosso País; mas este Governo está a aproveitá-los para o negócio, para a privatização, para ir ainda mais longe na política de direita, e o significado disso para os trabalhadores, para os reformados e para os jovens são mais dificuldades, mais desigualdades e mais injustiças.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda, tem 2 minutos para formular o seu pedido de esclarecimento. Faça favor.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Eduardo Reis, começo por cumprimentá-lo pela sua intervenção.

Bom, a sua intervenção começou de uma forma um bocado inusitada, pelo menos para o que é hábito aqui no Hemiciclo, que é assinalar como facto positivo um elemento um bocado estranho para balanço, ou seja, não se ter demitido nenhum ministro. Mas seria suposto um Governo que está em funções há um ano já apresentar um conjunto de ministras ou ministros demitidos? Creio que isto mostra a fasquia que o Governo coloca à sua própria governação, que é muito baixa.

*Protestos do PSD.*

Ora bem, nós hoje temos um Governo de sucesso em Portugal. Porquê? Porque não se demitiu ninguém. O que não quer dizer que as políticas sejam competentes ou que estejam a funcionar. Façamos, então, o exame. Desde que o Governo foi empossado, o preço da habitação aumentou ou baixou? É hoje mais fácil comprar ou arrendar casa? Não é.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Outra vez?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Na saúde, o acesso ao Serviço Nacional de Saúde hoje está mais facilitado, há mais urgências abertas. Registou-se ou não um caos no verão que se verifica agora novamente no inverno? Claro! Os concursos para contratar profissionais estão melhores ou estão piores? Estão piores, como, aliás, o reconheceu a própria ministra.

Na economia, à custa das guerrinhas culturais do PSD com o Chega,...

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Guerrinhas culturais?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... o Governo acabou com a manifestação de interesse e paralisou o PRR, afetando o cumprimento das suas metas, como não se cansa de dizer o Ministro da Coesão Territorial. E poderíamos discorrer por um conjunto alargado de outros assuntos.

Vamos à segurança interna. Estávamos habituados a ter, em Portugal, um debate maduro, sério e sóbrio, com base em indicadores sustentados de segurança. Este Governo inaugurou uma nova tendência, que é o indicador de «perceção de segurança». E quero exortar o Sr. Deputado, para nos tranquilizar aqui, para facilitar o debate político, a que nos diga qual é o indicador de perceção de segurança que o PSD usa, para podermos

comparar as operações que o PSD obriga a polícia a fazer e ver se elas resultam. Qual é o indicador de perceção de segurança que o PSD usa? Onde é que ele está plasmado?

Por isso, Sr. Deputado, para balanço de sucesso, já ouvimos muita coisa neste Hemiciclo. Nunca, nunca ouvimos aqui um balanço de sucesso de um Governo que não tem um ano dizer «não se demitiu nenhum ministro». Mas, Sr. Deputado, vários já deveriam ter sido demitidos.

*Aplausos do BE.*

*Protestos do Deputado do PSD Almiro Moreira.*

O Sr. **Presidente**: — Continuando nos pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, bons pontos os que referiu, que marcam bem a diferença entre a governação socialista e a governação do PSD e do CDS.

O Governo do PSD e do CDS está focado em melhorar a vida das pessoas, o que foi bem referido no seu discurso.

Um dos pontos essenciais que marca a diferença tem a ver com a carga fiscal, com os impostos. E a elevadíssima carga fiscal em Portugal é das heranças mais pesadas deixadas pela governação socialista. E é, aliás, uma das principais razões do atraso e da estagnação económica do nosso País. Não é possível termos um país a crescer economicamente de uma forma mais robusta — a nível, por exemplo, dos países do leste europeu — se continuarmos a ter um país com uma elevadíssima carga fiscal, o país que os socialistas nos deixaram.

Por isso, o Governo andou bem quando incluiu nas suas prioridades a redução da carga fiscal em Portugal. O Governo andou bem quando, no primeiro ano do seu mandato, reduziu o IRS para todas as famílias e para todos os jovens até aos 35 anos. O Governo andou bem quando, no primeiro ano de mandato e ao fim de 10 anos, começou a reduzir o IRS para as famílias, permitindo que este ano mais de 280 000 famílias possam beneficiar dessa redução. O Governo está no bom caminho e da parte do CDS — e seguramente da parte do PSD — terá todo o apoio neste Parlamento para continuar a reduzir os impostos sobre as famílias e sobre as empresas em Portugal.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Eduardo Reis, tem 3 minutos para responder. Faça favor.

O Sr. **Carlos Eduardo Reis** (PSD): — Sr. Presidente, agradeço, naturalmente, as questões que o Deputado Pedro Pinto, a Deputada Paula Santos, o Deputado Fabian Figueiredo e o Deputado Paulo Núncio colocaram. Mas há aqui alguns equívocos que pretendo esclarecer e começo já pelo equívoco do Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

Quando aludi à questão das demissões, fi-lo para provar que o valor da estabilidade num Governo de maioria absoluta, quando o povo confiou dessa forma no Partido Socialista, significou pouco para o anterior Governo e que, portanto, um Governo que não tem esse espaço parlamentar que tinha o Partido Socialista conseguiu até hoje essa estabilidade. Provavelmente, o Sr. Deputado estava a barafustar com a minha intervenção e não ouviu a explicação que se seguiu.

Agradeço as palavras do Deputado Pedro Pinto, por quem tenho estima.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Olha!...

O Sr. **Carlos Eduardo Reis** (PSD): — Podemos ter ideias diferentes e podemos ter estima pessoal uns pelos outros; eu não tenho essas linhas que quiseram colocar em relação à forma como nos damos uns com os outros, portanto, não tenho também esses preconceitos. Quero agradecer-lhe as palavras em relação à minha qualidade parlamentar, mas logo a seguir veio, num ato muito parecido com o que o Chega faz em relação a determinadas

matérias, desdizer-se: «O senhor tem muita qualidade parlamentar, estava lá atrás, foi bom vir cá para a frente, mas fez um discurso péssimo!»

*Risos e aplausos do PSD.*

Portanto, agradeço-lhe as suas palavras, mas vou dispensar essa simpatia.

Há um mote transversal a todos os partidos da oposição de que não comungo porque já estive muito tempo na oposição, mais do que gostaria — sei que o Partido Socialista não está habituado a isso, está numa fase ainda de habituação, de adaptação — e sempre tive o cuidado de na oposição tentar ser coerente, tentar ser justo para com quem estava no Governo. E o que vejo é que esta oposição está a julgar um Governo de 10 meses como se se tratasse de um Governo de final de ciclo ou que tivesse mais de três ou quatro anos de governação. Isso não é justo e essa comparação é importante e fi-la na minha intervenção.

É muito importante que se perceba em que ponto estávamos quando Luís Montenegro tomou posse e em que ponto estamos hoje, as urgências que foram resolvidas e que o Partido Socialista deixou. Relembro que tínhamos a rua cheia de manifestantes de várias classes profissionais e hoje vivemos um clima de cooperação e de acalmia política.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Marcos Perestrello, dispõe de 2 minutos também para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — Sr. Presidente, a língua portuguesa tem expressões imortais e há uma que diz «desde que vi um porco a andar de bicicleta acredito em tudo». E hoje vi aqui o Sr. Deputado Paulo Núncio, Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais do Ministro das Finanças Vítor Gaspar, que se imortalizou pelo enorme aumento de impostos, falar sobre a carga fiscal. Sr. Deputado, não me leve a mal, mas era o último Deputado desta Casa que poderia falar da carga fiscal dos outros.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sabe o que foi? Foi acordado pelo PS com a troica!

O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — Sr. Presidente, outras expressões inesquecíveis da política portuguesa foram o «país da tanga», do antigo Primeiro-Ministro Durão Barroso, e o «oásis», do antigo Ministro das Finanças Jorge Braga de Macedo. Hoje, o Sr. Deputado Carlos Reis olha para trás e fala-nos da tanga e olha para a frente e só vê um oásis.

O Sr. Deputado Carlos Reis tem consciência do que se está a passar na habitação, que no último trimestre teve um aumento brutal nos seus custos, cerca de 10 %, e dos apoios aos senhorios, que não chegam. O Sr. Deputado sabe que o segundo período escolar está a começar com quase 30 000 alunos sem professor. O Sr. Deputado sabe que a situação na saúde está catastrófica, muito pior do que aquela que encontrou.

*Protestos de Deputados do PSD.*

Sr. Deputado Carlos Reis, agora que está a acrescentar, aos problemas que o País já tem, novos problemas, está a empolar o problema da segurança,...

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Que descaramento!

O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — ... está a empolar o problema da imigração, trazendo limitações ao investimento privado, trazendo, eventualmente, limitações aos turistas e aos investidores que querem vir para cá e que se começam a assustar com o discurso que o Governo está a fazer, recomendar-lhe-ia, Sr. Deputado

Carlos Reis, a si e ao PSD, que tivessem alguma cautela, não vá o oásis que os senhores ambicionam transformar-se, sim, numa grande tanga.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, da Iniciativa Liberal, tem a palavra para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, Caro Deputado Carlos Eduardo Reis, se pudesse dar um título à sua declaração política penso que seria *Oito anos versus oito meses*. Foi o que me pareceu que tentou fazer.

Começou por falar das várias saídas de governantes do Partido Socialista, dos vereadores do Partido Socialista, daquilo que foram as trapalhadas do Partido Socialista. Mas quando se fala de trapalhadas precisamos de ter cuidado, porque uma pessoa recorda-se logo rapidamente do caso Hélder Rosalino, dos números da educação ou dos planos de saúde que não funcionavam.

Depois referiu — e concordo —, como parte do diagnóstico, que o Partido Socialista em oito anos não reformou, que deixou andar. E chegou mesmo a utilizar uma expressão que nos é muito cara, porque a dissemos muitas vezes ao Partido Socialista: que foi o partido de uma governação situacionista. E nós concordamos.

A seguir, fez o diagnóstico na habitação, nos transportes e na saúde. Foi disso que falou, não falou nada sobre a carga fiscal — depois veio aqui o Deputado Paulo Nuncio tentar demonstrar que tinha falado, quando não falou —, mas falou da habitação, dos transportes e da saúde e nós concordamos com o diagnóstico que fez. A situação que o PS deixou é, de facto, de lamentar. E depois ainda anuiu a algumas soluções: na habitação referiu-se logo à habitação pública; nos transportes veio glorificar-se dos passes gratuitos; na saúde não arriscou muitas soluções. E começou aqui a haver um certo *déjà vu*: oito anos do PS, oito meses do PSD.

Eu já estava à procura de diferenças e não estava a conseguir encontrá-las, e depois recordei-me rapidamente daquilo que foi o processo do Orçamento do Estado, onde o IRC era a grande bandeira, mas depois ficaram igual ao PS — foi um ponto percentual, coisa que não mexe uma agulha, que não vai fazer diferença para nada. Ou seja, estes oito meses também me parece que estejam a ser um pouco situacionistas.

Portanto, esta é a pergunta que falta: quando nos queremos comparar com o Partido Socialista, que foi um partido que não reformou e que empurrava com a barriga, pergunto se vamos ter um PSD a querer ser reformista ou se vai ficar situacionista.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Filipa Pinto. Dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Reis, parece-me que pintou um quadro cor-de-rosa do País. Não diria cor-de-rosa, mas cor de laranja, para combinar melhor.

Senão, vejamos: há mais insegurança devido à vénia que este Governo faz à extrema-direita, que cria nas pessoas sentimentos de insegurança que não existem, que só contribuem para a instabilidade e para o medo nas ruas e nas pessoas.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, peço-lhe só 1 minuto, vamos parar a contagem do tempo.

Não se está a conseguir ouvir o pedido de esclarecimento da Sr.<sup>a</sup> Deputada. Pedia aos Srs. Deputados que estão em pé o favor de se sentarem.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Não vale a pena ouvir!

O Sr. **Presidente**: — Vale a pena ouvir, Sr. Deputado Pedro Frazão, e essa não é uma referência adequada, está bem?

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É um aparte!

O Sr. **Presidente**: — Não, isso não é um aparte, isso é uma afirmação.



O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É um aparte, sim!

O Sr. **Presidente**: — Não é um aparte, não. Não é um aparte e sou eu quem considera se é aparte ou não. E não é.

Sr. Deputado, peço-lhe que seja educado e não faça observações dessa natureza em relação a quem está a ouvir. Está bem? É um pedido. É um pedido!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Está a dizer que sou mal-educado?

O Sr. **Presidente**: — Estou a dizer-lhe que a sua referência em relação ao que a Sr.<sup>a</sup> Deputada disse não foi uma situação de educação. Portanto, estou a pedir-lhe que seja educado. Certo? Muito obrigado.

Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Filipa Pinto** (L): — Muito obrigada, Sr. Presidente, pela observação.

Retomando então o que eu disse, este País cor-de-rosa tem mais insegurança, as urgências fechadas durante fins de semana inteiros, a privatização dos serviços de saúde, os milhares de alunos sem aulas, os pais ricos que pagam explicações aos filhos. Então, aos pobres quem é que lhes paga a escola pública a que têm direito?

Temos, cada vez mais, um aumento das desigualdades que começam na escola e, por aí fora, vão até à saúde e a outros sítios. Na área da habitação, por exemplo, não há um jovem que ganhe pouco mais de 1000 € que consiga comprar uma casa, já para não falar dos que ganham o salário mínimo.

E, então, os transportes? O cenário cor-de-rosa com o passe, ou cor-de-laranja, como quiser, mas o passe da ferrovia não chega. Como está a ferrovia? Como podem as pessoas deixar os carros em casa?

A investigação e a ciência, em Portugal, não existem. Os cérebros portugueses têm de emigrar. A FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) está descapitalizada, os nossos investigadores sem qualquer apoio ou carreira digna.

É este o País cor-de-rosa que, na verdade, é o País cor-de-laranja do PSD. Não houve demissões, mas bem poderia ter havido.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Como se vê, não disse nada de interessante!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Eduardo Reis, tem a palavra para responder. Dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Carlos Eduardo Reis** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Filipa Pinto, Sr. Deputado Rodrigo Saraiva e Sr. Deputado Marcos Perestrello, muito obrigado.

«Dez meses depois de termos formado Governo, estamos de olhos postos no futuro. Cumprimos o que prometemos, mas não estamos conformados perante os resultados. Sabemos ainda que há muito a fazer. Depois do tempo das urgências, é agora o tempo de vencer os bloqueios estruturais ao nosso desenvolvimento» — podia ter sido Luís Montenegro, Primeiro-Ministro atual, a dizer isso, mas não foi. Foi António Costa, atual Presidente do Conselho Europeu, em setembro de 2016.

*Aplausos do PSD.*

Nessa altura, a bancada do Partido Socialista deve ter aplaudido entusiasticamente o balanço dos 10 meses, com o programa que tinham na altura, apoiado pelos partidos mais à esquerda. E é esta dualidade, quando há pouco falava de coerência, que eu tento não ter em política.

Em relação a uma pergunta que deixei para trás, sobre a perceção que o Deputado Fabian Figueiredo aqui deixou, eu não lhe sei responder, Sr. Deputado. Sei que é parecida ou igual à perceção que a Deputada Paula

Santos e o Partido Comunista têm quando veem um negócio em qualquer área em que o Governo trabalhe. Em qualquer área em que o Governo trabalhe veem um negócio!

*Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.*

Mas quero dizer-vos que comparar o Partido Socialista com a Aliança Democrática, o PSD e o CDS, é, de facto, falacioso. E é falacioso porque, quando nós chegámos, tínhamos os oficiais de justiça, os funcionários da Administração Pública, os enfermeiros, as forças de segurança, os médicos, as mulheres e homens da Força Aérea, da Marinha e do Exército... Em 10 meses conseguimos aquilo que o Partido Socialista não conseguiu em 8 anos: valorizámos as carreiras e temos um País melhor do que aquele que encontrámos.

*Aplausos do PSD.*

Agora, não peçam para fazer em 10 meses aquilo que o Partido Socialista não fez num ciclo político inteiro e na última década. Não vou utilizar, nem copiar aquilo que Aníbal Cavaco Silva disse na altura, com o «deixem-nos trabalhar», mas podemos mudar para «deixem-nos governar». Foram bons os 10 meses e vamos, naturalmente, dar um melhor futuro aos portugueses.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Levaram um Orçamento do Estado à borla e ainda se queixam! Não sejam ingratos!

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração política, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Vieira da Silva, do Partido Socialista. Tem 6 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Quero, obviamente, aproveitar este momento para desejar um bom ano ao Sr. Presidente da Assembleia da República, às Sr.<sup>as</sup> e aos Srs. Deputados e, acima de tudo, a todas as cidadãs e cidadãos que aqui representamos.

No início deste ano de 2025, é o momento de fazer um primeiro balanço das políticas de saúde deste Governo. Sabemos que esta é uma das preocupações centrais dos portugueses e também tem sido, pelas piores razões, uma das notícias centrais no nosso País.

Recuemos a abril. O PSD e o CDS tinham um plano e era só esperar 60 dias. Os resultados estão à vista: nem sequer as medidas urgentes e prioritárias do Plano de Emergência e Transformação na Saúde foram plenamente executadas. Todas as medidas com impacto mais estrutural permanecem por executar e a opacidade quanto aos números e quanto aos resultados é total.

O Partido Socialista tem alertado para o problema da falta de dados, para os dados enviesados e para os dados apagados dos portais. Mas não é apenas o Partido Socialista, o próprio grupo de trabalho que o Governo nomeou para avaliar o Plano de Emergência e Transformação na Saúde queixa-se de falta de dados e de dados contraditórios.

Sim, Srs. Deputados, a frase «não existe informação, dados apresentados são completamente desconexos do pretendido» consta do relatório do grupo de trabalho nomeado pelo Governo e que recentemente foi aprovado.

Mas o que mais importa é mesmo o impacto do Plano de Emergência e Transformação na Saúde na vida das portuguesas e dos portugueses. E também aqui os resultados estão à vista: no inverno, tal como no verão, tivemos mais urgências encerradas do que em anos anteriores. Todos os dias são reportados tempos de espera elevados na maioria dos hospitais. A informação sobre a rede de urgência é permanentemente corrigida e todos os agentes, em particular aqueles que asseguram o transporte, se queixam de informação errada. Há casos de encaminhamento de grávidas e de crianças para urgências que estão encerradas. E temos um novo cenário, que é pessoas à porta das urgências, de telemóvel na mão, a telefonar para o SNS 24 para verem se são referenciadas e podem entrar.

*Aplausos do PS.*

Srs. Deputados, obviamente, ao criar um garrote no acesso às urgências que teriam de passar sempre pela Linha SNS 24, o Governo transferiu para essa Linha parte dos problemas de acesso. Quanto às urgências, os dados de espera são públicos, mas o mesmo não acontece com os tempos de espera da Linha SNS 24. O Governo reconhece que o tempo de espera aumentou, mas não diz qual é o tempo de espera real, quantas chamadas ficaram por atender. Mais uma vez, não responde e omite os dados.

Quando não se conhece um dado, um número, pode ser um lapso. Quando toda a informação central para avaliar uma política pública é sistematicamente negada ou adiada, temos um padrão de comportamento. O Governo esconde porque sabe, porque conhece os resultados e o fracasso das suas políticas. E, conhecido este padrão de omissão que nos acompanha há 10 meses, e até a manipulação de números muito relevantes, torna-se difícil acreditar nas promessas de resolução dos muitos problemas que o setor enfrenta.

Mas talvez o mais preocupante seja o que aconteceu no concurso para médicos. O Ministério da Saúde fez o que faz sempre desde que tomou posse: mudou o modelo de recrutamento de forma precipitada, sem avaliar o que existia, e até já reconheceu que correu mal, e atrasou a abertura de vagas, atrasou o concurso e todos sabemos o impacto que tem este adiamento num País onde as dificuldades de atração e fixação de médicos são conhecidas de todos. O modo como todo este processo dos concursos de médicos tem decorrido é de tal forma inexplicável que fica a dúvida: será incompetência ou será apenas para garantir que as USF modelo C e o setor privado terão médicos sem vínculo ao SNS, para poderem recrutar?

*Aplausos do PS.*

É que, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a única área das políticas de saúde que avança é a contratualização com privados de todas as dimensões que puderem, sob o mantra da capacidade instalada que, na verdade, não existe, mas está a ser criada — nos centros clínicos, cujos custos por utente atendido continuam por se conhecer; na entrega de hospitais às Misericórdias, num processo cujos contornos não são conhecidos, cujos autarcas não foram informados e que não se conhece exatamente o que se vai passar; nas parcerias com os privados para os cuidados de saúde primários, que foi, como diz o grupo de trabalho, a única medida dirigida aos cuidados de saúde primários que avançou do Plano de Emergência e Transformação na Saúde; na prioridade ao setor privado no licenciamento de equipamentos pesados, que deixará o setor público numa situação de carência; ou nas portas que se vão abrindo, sem nunca esclarecer totalmente, à possibilidade de os privados poderem selecionar patologias ou até utentes das suas listas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, outra marca desta governação é a instabilidade institucional. A instabilidade institucional tem no INEM um exemplo paradigmático, mas não é só aí. Por todos os hospitais se fala de substituições, se fala de substituições em pleno momento de crise e não é possível continuarmos a não ter respostas sobre esses temas. A Direção Executiva foi desvalorizada e hoje não é claro para ninguém qual é o seu trabalho no terreno.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, este Governo agravou as condições de resposta do SNS e isso está à vista de todos. Às dificuldades do SNS acrescentou orientações contraditórias e incompetência; à necessidade de continuar a melhorar a gestão e a organização contrapôs o passa-culpas e a desresponsabilização; e à necessidade de reforçar o investimento e a aposta no SNS opõe a vontade de tudo fazer para privilegiar a resposta privada.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Registaram-se 5 Srs. Deputados para formular pedidos de esclarecimento, sendo que a Sr.<sup>a</sup> Deputada responderá primeiro a três e depois aos últimos dois.

Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Cristina, do Chega. Tem 2 minutos.

O Sr. **Rui Cristina** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em outubro de 2023, sob a governação do Partido Socialista, o País assistiu a um cenário absolutamente devastador nas urgências hospitalares. «Médicos

alertaram para um risco de colapso já em novembro, antevendo um cenário de terror, com risco de morte e iminência de colapso em seis hospitais», tudo citações.

Cirurgias urgentes eram adiadas, colocando vidas em risco e o próprio transporte de doentes estava comprometido, o que evidenciava a completa falência do SNS.

A negligência do Partido Socialista levou a que 2500 médicos recusassem fazer horas extraordinárias,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado!

O Sr. **Rui Cristina** (CH): — ... encerrando inúmeros serviços essenciais. Lembram-se, Srs. Deputados do Partido Socialista? Os portugueses lembram-se. E nós, no Chega, também nos lembramos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Cristina** (CH): — Em 2024, com o Partido Social Democrata no Governo, o próprio Bastonário da Ordem dos Médicos denuncia uma realidade, que passo a citar, «[...] desumana, com doentes urgentes a esperarem mais de 12 horas e planos de contingência a revelarem-se um falhanço». Continuo a citar, palavra por palavra: «Todos os planos, os próprios planos de contingência, os planos que estavam previstos para este inverno, são um falhanço.»

O caos instalou-se, serviços encerraram por todo o País e o Chega bem alertou dizendo que esta situação iria acontecer.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado!

O Sr. **Rui Cristina** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Vieira da Silva, pergunto-lhe então: este colapso existiria se o PS e a extrema-esquerda tivessem deixado um SNS saudável?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Cristina** (CH): — E qual é o maior fracasso? O cenário de terror socialista em 2023 ou o atual desgoverno do Partido Social Democrata?

Termino deixando um aviso claro ao PSD. O pico da gripe está a agravar-se. Basta de falhanços e de medidas paliativas! Está na altura de tomarmos as verdadeiras medidas e aplicarmos as verdadeiras reformas com toda a...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Guimarães, do PSD. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Vieira da Silva, a sua tentativa de, de alguma forma, escamotear o estado em que nos deixou o Serviço Nacional de Saúde é completamente estéril, aliás, como foi a governação socialista na saúde durante os últimos oito anos.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Gostava de falar um pouco sobre o plano que este Governo teve, o Plano de Emergência e Transformação na Saúde, que, pela primeira vez, foi apresentado — julgo que o Governo socialista nunca apresentou propriamente um plano para a saúde para resolver o problema das pessoas e dos doentes.

Segundo a avaliação feita pela comissão de acompanhamento, 70 % das medidas consideradas urgentes e prioritárias foram concretizadas até ao fim de 2024,...

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — É verdade.

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — ... e recorde, mais uma vez, à Sr.<sup>a</sup> Deputada que este Plano de Emergência e Transformação na Saúde é para ser aplicado na sua totalidade até ao final de 2025, o que significa que muitas das medidas que ainda não puderam ser aplicadas, por vários motivos, irão ainda ser aplicadas.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Gostava de lhe deixar também um desafio: em períodos homólogos, em 2024, por exemplo, de abril até setembro de 2024, comparando com abril a setembro de 2023, vai verificar que mais doentes oncológicos foram operados, vai verificar que foram feitas muito mais consultas, seja de doentes oncológicos ou outros, e vai verificar que foram feitos muitos mais tratamentos.

Gostava também de recordar a resposta de proximidade, que está a retirar alguns doentes do serviço de urgência, o que é importante. Ou seja, doentes que não têm propriamente situações clínicas urgentes têm, neste momento, outros recursos para o poder fazer.

Porque o meu tempo está a acabar, gostava de lhe deixar aqui duas notas. Em primeiro lugar, este Governo está a ser reformista, e um Governo reformista é um Governo que, obviamente, demora mais tempo a implementar algumas das suas medidas. Não está a ser um Governo propriamente situacionista, como foi há bocado referido. Em segundo lugar, que plano e reforma teve o Partido Socialista para a saúde...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente:** — Tem agora a palavra, para um pedido de esclarecimento, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português. Dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, cumprimento a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Vieira da Silva pelo tema. Trouxemos também hoje o tema da saúde, exatamente pelas preocupações que temos relativamente ao Serviço Nacional de Saúde e à necessidade de investimento no Serviço Nacional de Saúde para, de facto, dar a resposta a que os utentes têm direito no acesso à saúde.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, gostaria de lhe fazer uma pergunta relativamente a um aspeto da sua intervenção. Fez referência ao reforço do Serviço Nacional de Saúde, e não posso deixar de lhe colocar uma questão, porque o Partido Socialista, durante a sua governação, na maioria absoluta, no último Governo, teve, de facto, todas as condições para resolver muitos destes problemas, mas não o fez, e o facto de não o ter feito contribuiu para o agravamento da situação.

É certo que a opção por parte do PSD e do CDS é a de um aprofundamento e a de ir mais longe nesta política de direita e de degradação do Serviço Nacional de Saúde, mas não posso deixar aqui de suscitar estas responsabilidades. Podemos falar do exemplo das USF modelo C, pois foram aprovadas no quadro de uma legislação durante a governação do Partido Socialista. Já várias vezes trouxemos aqui propostas para as eliminar, porque de facto não servem, não dão resposta, não são aquilo que é necessário para garantir os cuidados de saúde primários, mas o Partido Socialista também não acompanha o PCP relativamente a esta matéria. Este é um exemplo. Trouxe este, em concreto, porque demonstra também esta falta de resposta e a opção política que o PS teve enquanto governou.

Agora, de facto, a situação agravou-se, e agravou-se bastante, e é resultado das opções deste Governo.

Fez também, na sua intervenção, referência ao plano e, de facto, já tive a oportunidade de dizer que não constam deste plano medidas e soluções para resolver os problemas do Serviço Nacional de Saúde, mas não é por acaso. Não constam porque não é esse o objetivo, não é essa a opção por parte deste Governo.

A questão que eu gostaria de lhe colocar é a seguinte: da parte do Partido Socialista, quais é que devem ser as prioridades? Não considera que as prioridades têm de ser, de facto, pela valorização dos profissionais para os fixar no SNS?

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Vieira da Silva. Tem 3 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rui Cristina, eu nunca, nem aqui, hoje, nem nos outros debates todos que temos tido, recusei dificuldades que existiam no SNS. Nunca ouviu tal expressão — aproveito para dizer o mesmo ao Sr. Deputado Miguel Guimarães —, estou completamente disponível para todos os debates que se queiram fazer sobre o passado, para discutirmos o aumento de recursos humanos que o SNS teve,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E a falta de resultados!...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — ... para discutirmos um investimento em instalações, que não compara com nenhum outro momento da nossa história recente, para discutirmos aquilo que mudámos, por exemplo, nos cuidados de saúde primários.

Mas estamos aqui para fazer o balanço do trabalho deste Governo. É assim que funciona a Assembleia da República, e eu não percebo porque é que, se a fé neste Plano de Emergência e Transformação na Saúde é tão grande, há tanta dificuldade em discuti-lo.

Todas as medidas que referi ali, da tribuna, que não estavam a ser executadas, são medidas que eram para executar até ao fim do ano de 2024. Não falei das medidas de 2025 e não falei das medidas de 2026 e não falei de medidas em relação à quais, agora, a Ordem dos Médicos é a favor e, antes, era contra.

**Vozes do PS**: — Ah!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Eh lá!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Falei das medidas que o Governo se comprometeu a tomar até dezembro, e essas não foram feitas.

Pergunta o Sr. Deputado Rui Cristina quais são as reformas que o PS fez. Desde logo, as da organização e da Direção Executiva, que foram desmontadas, e, hoje, se o Sr. Deputado perguntar a qualquer presidente de conselho de administração, ninguém sabe o que faz a Direção Executiva, ninguém sabe quais são as suas competências. E isso é ainda pior do que ter terminado com a Direção Executiva, porque é a verdadeira confusão sobre responsabilidades no campo da saúde.

Portanto, Sr. Deputado do PSD, recomendo a leitura do relatório que aqui citou, porque, de facto, o relatório assinala medidas que estão cumpridas, mas também diz, e chama a atenção, que o melhor era mudar os calendários de todas as medidas que estão para a frente, que o melhor era ter dados que permitissem efetivamente avaliar as medidas. Tudo isto está escrito no relatório de que o Sr. Deputado só leu o resumo e não leu as suas devidas concretizações.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Mas o PS concorda com as medidas, ou não?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Sr. Deputado do PSD, posso dar-lhe dois exemplos de medidas com que o PS concorda e que não foram feitas porque a Ordem dos Médicos era contra: uma, a especialidade de urgência; duas, a redução do número de pessoas exigidas nas equipas de urgências, que agora vai avançar e que, no passado, a Ordem dos Médicos boicotou.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, concordo genericamente com aquilo que disse sobre este plano de emergência, mas o problema do PCP é um e só um: é que, de tanta vontade que tem de dizer que o Partido Socialista e o PSD governam da mesma maneira,...

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Eu não disse isso!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — ... agora é obrigada a reconhecer que, enquanto o Partido Socialista generalizou as USF tipo B e apostou nos cuidados de saúde primários, o PSD está a entregar os cuidados de saúde primários aos privados.

**Vozes do PSD:** — Oh!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Essas são as diferenças que precisamos de reforçar, porque é assim que defendemos o SNS, e é isso que, no fundo, aqui estamos a fazer.

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — A Sr.<sup>a</sup> Deputada tem de ouvir tudo. Não dissemos que eram iguais!

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Vieira da Silva, estamos a ter este debate, depois de um debate muito aceso sobre criminalidade e segurança, hoje, neste Plenário,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ao tempo que isso já foi!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso já foi há 3 horas!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... e durante todas estas semanas, por uma razão muito simples: é que o Governo, ou melhor, o Primeiro-Ministro Luís Montenegro, durante a campanha eleitoral, prometeu aquilo que não podia cumprir na saúde, e uma vez que não consegue cumprir com aquilo que prometeu, é preciso encher a opinião pública e o noticiário de outros temas que desviem a atenção de problemas estruturais na saúde, que não se resolvem de um dia para o outro. Mais valeria ter sido sincero em relação a isso e ter dito que não se resolvia de um dia para o outro.

A saúde precisa de mais investimento, há tratamentos que são mais caros e há problemas que são comuns a vários países desenvolvidos.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Isto é um comício!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — No entanto, o esclarecimento que lhe queria pedir tem a ver com um ponto no qual não é preciso gastar mais dinheiro, mas que implica alterar a lei para pôr o Serviço Nacional de Saúde em paridade de direitos e deveres com aquilo que praticam os privados, e, apesar de muitas vezes ter questionado o Governo anterior do Partido Socialista acerca disso, nunca tive exatamente uma resposta direta, nem de concordarem com a proposta nem de discordarem, de dizerem se a iam implementar ou não.

A questão é muito simples. Os privados sabem tudo acerca do Serviço Nacional de Saúde, porque essa informação é pública e transparente: quantos procedimentos são feitos, quais são as grelhas salariais aplicadas e por aí fora. O Serviço Nacional de Saúde está numa situação que, na prática, é de competição, mas de olhos vendados e com um braço amarrado atrás das costas, porque não sabe acerca dos privados o mesmo que os privados sabem sobre o Serviço Nacional de Saúde. Ou seja, há uma situação de distorção na informação e, portanto, de concorrência desleal na prática. Isto teria sido simples de mudar, e o PS não o quis fazer, mas, mais do que isso, nunca quis explicar qual era o seu raciocínio sobre esse tema.

Pergunto-lhe a si, pessoalmente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Vieira da Silva, se tem posição sobre esse tema e até onde está disposta a fazer uma caminhada, também juntamente com o Livre, para que haja verdadeira concorrência leal na informação no mercado.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Pires, do Bloco de Esquerda. Dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Pires** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Vieira da Silva, voltamos neste Plenário a falar de saúde, e há algumas notas que é importante voltar aqui a lembrar, porque, da parte da direita, nomeadamente do PSD, voltámos a ouvir coisas ao longo deste debate que não correspondem à realidade.

Estamos em janeiro de 2025, e neste fim de semana houve doentes urgentes a esperarem quase 17 horas para serem atendidas no Hospital de Santa Maria. Estamos em janeiro de 2025, e houve doentes urgentes a esperarem 9 horas para serem atendidos, nomeadamente em Loures e na Amadora.

Portanto, esta lógica de querer fazer acreditar que um plano milagroso de 60 dias iria resolver o problema, em muito pouco tempo ficou completamente colocada em terra, porque não dá para acreditar

**Vozes do PSD**: — Ninguém disse isso!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Pires** (BE): — E a prática, aquilo que está a acontecer com o SNS neste momento, prova que este plano não está a funcionar e que a política, errada, que este Governo tem para a saúde está a destruir o Serviço Nacional de Saúde: entrega a privados, retirar utentes do SNS, que é também uma das formas de mascarar os problemas que a direita aqui tem — inclusivamente, já hoje aqui referimos, atacar beneficiários do SNS, nomeadamente migrantes —, enfim, coisas que não têm qualquer sentido quando se está a falar de política de saúde.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, para terminar, quero voltar a fazer esta pergunta, porque ela é muito importante. A Ministra da Saúde ainda há pouco referiu que não tinha havido demissões neste Governo, mas culpa sempre alguém. Ou é o hospital que não fez a comunicação correta, se é verão é porque é verão, se é inverno é porque é inverno, é o Excel que não foi atualizado, a culpa é dos utentes, inclusivamente, a culpa é dos imigrantes, a culpa é de toda a gente, menos deste Governo.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — E do Bloco!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Pires** (BE): — E a questão que se coloca é de que forma é que se responsabiliza este Governo, seriamente, pelo caos que está instalado no Serviço Nacional de Saúde, porque os utentes não podem, não querem, aguentar mais tempo este caos.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Vieira da Silva, dispõe de 3 minutos para responder.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Sr. Presidente, queria responder ainda às questões anteriores, porque não respondi ao Sr. Deputado Miguel Guimarães.

Há cerca de seis anos que, ano após ano — e o Sr. Deputado concordará —, a capacidade de resposta do SNS melhora, aumenta, há mais atividade. E, portanto, tudo aquilo que referiu que aconteceu nos últimos meses não é diferente do que tem acontecido nos últimos anos. A questão é que, se aumentamos a atividade e as listas de espera também aumentam, significa que não estamos a conseguir dar a resposta. Era isso que essa bancada perguntava ao Governo há 10 meses, e julgo que deveria ser isso que devia continuar a pensar e a perguntar, porque esse é que é o desafio, responder aos cidadãos e não responder a um número imaginário de cidadãos



que gostaríamos de ter, que foi o que tentou fazer neste plano de emergência, e ainda temos de discutir os dados sobre o plano de combate aos atrasos na oncologia.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Pires, todo este plano de emergência assenta naquele conceito de uma velha campanha publicitária na área das telecomunicações: «Não vá... senão de telefone». Esta é a essência da resposta que o Governo procurou dar nos últimos meses, que tem um problema adicional, que é o de colocar uma pressão gigantesca sobre a linha SNS 24, que não está a responder, e, aí, os dados não são públicos. Não sabemos quantas chamadas ficaram por atender, não sabemos sequer quanto tempo é que estão à espera, e a única coisa que sabemos são os relatos pontuais e pessoais que nos chegam e que acredito que cheguem a todos os partidos.

Isso significa que há uma determinada atuação por parte deste Governo, suportada aqui pelo PSD e pelo CDS, que é a de resolver os problemas de acesso de uma maneira muito peculiar, que é reduzindo o acesso, colocando um garrote no acesso às urgências, retirando o acesso aos imigrantes que não tenham a sua situação regularizada. No fundo, em vez de enfrentar os problemas, tentar que eles não existam. Esta é a única estratégia deste Governo.

Sr. Deputado Rui de Tavares, eu gostava de acreditar que ainda é verdade que nós temos muita informação sobre o SNS, porque aquilo a que temos assistido nos últimos meses é a uma redução da informação disponível, a dados que são retirados do Portal da Transparência e, por isso, fica cada vez mais difícil para a Assembleia da República, para os cidadãos, para a comunicação social, acompanhar as políticas de saúde.

Mas, em resposta mais direta à questão que me colocou, considero que é importantíssimo que possamos conhecer melhor a situação do setor privado, até porque os planos deste Governo são cada vez mais visíveis: entregar hospitais, nos quais o Estado investiu milhões e milhões de euros nos últimos anos, às misericórdias, não se sabe com que atividade, não se sabe com que lista de utentes, não se sabe com que profissionais, tudo isto em negociações que, aparentemente, estão em curso fora do âmbito que esta Assembleia pode escrutinar, porque não há nenhum documento escrito, nenhuma informação pública. Esse é um dos debates mais importantes que temos de fazer, neste momento, na saúde, porque os últimos 10 meses foram meses de dados escondidos, e sem isso não há um debate público sério.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração política, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Manuela Tender, do Chega. Dispõe de 6 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Manuela Tender** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, votos de um bom ano e de um trabalho profícuo que honre Portugal.

O Chega vem, nesta primeira declaração política do ano, falar sobre os desafios da educação.

A educação é o pilar fundamental de uma sociedade. Não há liberdade individual nem progresso sem conhecimento, por isso, a educação é o investimento mais determinante para o nosso futuro coletivo.

Tem havido conquistas, nomeadamente a redução da taxa de analfabetismo, o estabelecimento e alargamento progressivo da escolaridade obrigatória, a redução do abandono escolar precoce, mas não basta abrir a escola a todos. É preciso garantir igualdade de oportunidades de acesso ao conhecimento, dotar o sistema educativo de investimento e de todos os recursos humanos necessários, desenvolver competências, capacidades e literacias que preparem as crianças e os jovens para enfrentar os desafios e a incerteza do futuro numa sociedade em constante evolução.

Ora, isto só é possível com rigor e exigência, com uma escola que coloque à disposição de cada aluno os recursos de que necessita, que ensine em vez de doutrinar, que exija e responsabilize ao mesmo tempo que integra, apoia e ampara, mas sem ceder ao facilitismo,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Manuela Tender** (CH): — ... que eduque para a saúde e promova a saúde física e mental, que promova o autoconhecimento e a descoberta vocacional, que desenvolva o sentido crítico e a capacidade de

afirmação da liberdade individual, que forme cidadãos conscientes, responsáveis, críticos, interventivos e empáticos.

E nestas dimensões, temos dados muito preocupantes. Em 2022, no PISA (Programme for International Student Assessment), Portugal registou uma queda nos resultados em comparação com avaliações anteriores: na leitura, os alunos portugueses apresentaram uma diminuição no desempenho e, a par disto, um relatório da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros indica-nos que um terço dos alunos portugueses do 1.º ciclo ao ensino secundário raramente ou nunca lê um livro em papel; em Matemática e Ciências, Portugal posicionou-se ligeiramente abaixo da média da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico).

É urgente intervir para melhorar estes dados. A Assembleia da República e o Governo não podem descurar o seu papel na adoção de políticas públicas e na definição de orientações estratégicas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Manuela Tender** (CH): — Também na avaliação específica da literacia financeira, Portugal obteve uma pontuação abaixo da média da OCDE, e é tão importante um jovem saber o que é taxa Euribor, o IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares), saber avaliar as condições de um empréstimo, de um crédito, gerir uma poupança.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Manuela Tender** (CH): — No âmbito do Programa para a Avaliação Internacional de Competências de Adultos, a nível da literacia, a pontuação média dos adultos portugueses também ficou abaixo da média da OCDE. Além disso, 42 % dos adultos em Portugal situam-se no nível 1 ou abaixo, indicando uma fraca proficiência. Em numeracia, cerca de 40 % dos adultos portugueses encontram-se nos níveis mais baixos de proficiência.

Perante estes dados, temos de definir prioridades políticas e desafios da educação para os próximos anos: valorizar a carreira docente e rever o estatuto da carreira com impactos que se reflitam já no ano letivo 2025/2026, com revisão da tabela salarial, tornando a carreira mais atrativa, para acabar rapidamente com a tragédia dos alunos sem aulas a, pelo menos, uma disciplina;...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Manuela Tender** (CH): — ... apostar na formação inicial e contínua, porque melhorar a qualidade da formação docente vai potenciar a maior qualidade do ensino; melhorar condições de trabalho dos professores e demais profissionais; reduzir a carga burocrática; oferecer maior estabilidade contratual e consolidação da mobilidade; aumentar o número de vagas nos cursos via ensino; dotar as escolas de mais psicólogos, terapeutas e equipas de saúde escolar, para garantir as necessidades dos alunos; dotar as escolas de assistentes operacionais e técnicos e assegurar a sua formação específica, reconhecendo a sua profissão e definindo conteúdos funcionais para a sua atuação.

Na literacia básica, é preciso inscrever na matriz curricular programas de leitura, numeracia, literacia financeira e digital e garantir o acesso universal à tecnologia e à *internet* nas escolas.

É preciso reformulação curricular, com foco em competências práticas de nível complexo e no pensamento crítico. Mais ensino, melhor ensino, menos doutrina.

É preciso promover a saúde física e mental, apoiando a promoção do desporto escolar, o bem-estar e a alimentação saudável, e criar programas mais ambiciosos de educação de adultos e avaliação e monitorização de políticas públicas para uma melhoria contínua.

Estes são alguns dos desafios da educação que o Chega tem sinalizado e para os quais tem apresentado propostas e soluções.

Não queremos uma escola para ricos e uma escola para pobres; queremos uma escola que acolha todos e que ajude todos no seu desenvolvimento.

Não desistiremos de lutar por um ensino de qualidade para todos.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada tem um pedido de esclarecimento da Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Gilvaz, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 2 minutos. Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gilvaz** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a educação é o pilar de qualquer sociedade que se quer justa, próspera e livre.

Eu já evoquei aqui em Plenário uma imagem que acho que caracteriza muito bem o estado em que a educação se encontra hoje: um comboio a caminho do abismo. E isto devia preocupar-nos, porque é através da educação que quebramos o ciclo de desigualdade e que oferecemos às próximas gerações a oportunidade de alcançar um futuro melhor, independentemente do seu ponto de partida.

Olhando para o sistema educativo português, é evidente que enfrentamos problemas estruturais graves: a falta de professores, bem como a exaustão e a desmotivação dos agentes educativos; os milhares de alunos sem aulas — lembro que se iniciou ontem o 2.º período letivo e, tanto quanto sabemos, ainda temos cerca de 27 000 alunos sem aulas. Aliás, este tema foi debatido hoje até a exaustão na Comissão de Educação e Ciência durante a manhã, e a conclusão que retiramos é que até agora não há dados fiáveis e, se não há números, não há responsabilidades a apurar.

Continuando, temos uma gestão centralizada que não responde às necessidades reais das escolas; temos planos atrás de planos, mas resultados nem vê-los; e temos uma auditoria externa que existe por falta de confiança nos números.

Na sua intervenção, ouvi muitas críticas às políticas educativas dos últimos anos, mas não ouvi propostas claras e concretas que tragam mudanças estruturais ao sistema.

A Iniciativa Liberal defende a autonomia das escolas, o reforço da liberdade de escolha para pais e alunos, medidas concretas para atrair e reter professores, como uma revisão da carreira docente baseada no mérito.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada fez o diagnóstico, disse que o Chega tem apresentado soluções e propostas, e eu queria perceber quais, porque não disse nem uma.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Manuela Tender.

A Sr.<sup>a</sup> **Manuela Tender** (CH): — Sr. Presidente, começo por agradecer à Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Gilvaz a questão colocada e quero dizer-lhe que, efetivamente, não fiz apenas o diagnóstico da situação e daquilo que está mal e que falta em termos do nosso sistema educativo; eu apontei alguns caminhos e algumas soluções que o Chega tem apresentado nesta Câmara, nomeadamente a questão da literacia digital, que foi aprovada no âmbito da discussão do Orçamento do Estado para 2025, e cuja implementação aguardamos com expectativa.

Relativamente à questão da escola como elevador social, nós também entendemos que há algum falhanço a esse nível. Também nos preocupa, sobremaneira, o aumento do número de alunos que está a enveredar pelo ensino privado...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Manuela Tender** (CH): — ... em detrimento do ensino público, o que demonstra, claramente, que há uma falta de investimento na escola pública e que alguns problemas, como, por exemplo, a falta de professores a algumas disciplinas, fazem com que os pais que têm poder económico optem por colocar os seus filhos numa escola privada em vez de os colocar na escola pública.

Isto foi aquilo que eu designei como uma escola para ricos e uma escola para pobres, que o Chega não quer. Nós defendemos a liberdade de escolha, mas não é a liberdade de escolha condicionada pelo poder económico.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Manuela Tender** (CH): — Quem quiser ir para o privado, vai; quem quiser ir para o público, vai, mas ambos têm de garantir qualidade. Nós não queremos que o aluno escolha a escola privada porque no público não tem qualidade, não tem recursos, não tem investimento, não tem equipamentos, não tem professores.

Portanto, é isto que nós condenamos e não conseguimos compreender.

Não vemos a escola como um comboio a caminho do abismo e, por isso, alertamos para os problemas e esperamos que haja capacidade, quer por parte do Governo, quer por parte desta Câmara, para que se resolvam, para que não seja um caminho para o abismo, mas seja um caminho para o progresso, para o desenvolvimento pessoal, social, que todos almejamos.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rocha, da Iniciativa Liberal. Dispõe de 6 minutos.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eu trazia hoje preparada uma intervenção cujo tema era «ano novo, planos velhos» e se eu estava convencido da pertinência deste tema, depois de ouvir as intervenções da Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Vieira da Silva, do PS, e do Sr. Deputado Carlos Reis, do PSD, mais convencido fiquei.

Começando pelo princípio, depois da intervenção da Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Vieira da Silva, eu diria que há dois problemas básicos em todas estas intervenções da bancada do PS: o primeiro é o estado em que deixaram o País; o segundo é o facto de terem viabilizado o Orçamento do Estado da AD.

Portanto, é preciso registar um facto notável: durante anos, o PS, o seu Secretário-Geral atual e a bancada do PS perguntavam: «O que é que não funciona?», porque não viam nada que não funcionasse, e agora, subitamente, passaram a ver tudo com uma enorme hipocrisia.

Eu não sei se esse problema de visão que tinham, e que agora está curado, foi tratado no SNS, no privado ou no social, mas bem haja a quem tratou esse problema, porque, de facto, não viam e passaram a ver tudo aquilo que agora lhes interessa. É extraordinário!

*Aplausos da IL.*

Mas se isto é assim relativamente ao PS, quando olhamos para a intervenção da bancada do PSD, disse o Sr. Deputado Carlos Reis: «Não houve demissões.» Certo! Mas há outras coisas em que o PSD já está muito próximo daquilo que era o PS, nomeadamente nesta visão absolutamente afastada da realidade com que tentam convencer-nos de que os problemas que são reais não existem, pintando um país cor-de-rosa onde eles não existem. Isto é um truque que a AD está a tentar fazer, para nos desviar as atenções.

Srs. Deputados do PSD, não se trata de comparar o País atual com o País do PS, pois, se o País do PS era péssimo — estamos a falar de um dos piores Governos dos 50 anos desde o 25 de Abril —, como querem os senhores comparar-se com o péssimo Governo do PS?!

O vosso Governo tem de ser comparado com as promessas que fizeram, com as expectativas que criaram no País,...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Claro!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... com aquilo que prometeram durante meses a fio e que não estão a cumprir.

**Vozes da IL**: — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — É por isso que os planos que os senhores apresentaram, que são planos tão recentes — uns foi há meia dúzia de meses, outros há três meses —, já estão tão desgastados, já estão tão abandonados nos seus princípios e nos seus objetivos.

Falemos de coisas concretas, olhemos para a questão da saúde. Dizia o PSD: «Em 2025, teremos todos os portugueses com médico de família.» Estamos em janeiro, há 1 milhão e 500 mil portugueses sem médico de família, e assim chegaremos, mais 1000 menos 1000, ao final deste ano. Promessa não cumprida.

*Protestos de Deputados do PSD.*

Olhemos para as urgências, tão criticadas. O que é que a AD fez? Antes, tínhamos urgências fechadas; agora, as pessoas não se podem dirigir às urgências, falam com a linha, que está também ela muitas vezes fechada, para serem encaminhadas, muitas vezes, para urgências encerradas. É esta a evolução que a AD trouxe nesta matéria.

E, claro, mesmo quanto às urgências que estão abertas, há 17 horas de espera no Hospital de Santa Maria para doentes urgentes. Não estamos a falar de outros, não estamos a falar dos que não têm urgência, e estamos a falar de um dos hospitais centrais do País: 17 horas para ser atendido numa urgência!

Mas olhemos também para a educação. Abriu o ano letivo, haverá 20 000 ou 30 000 alunos sem professor. A situação é pior do que antes? Agora, não sabemos!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Aliás, tivemos hoje uma audição com o Sr. Ministro da Educação, que, muito irritado, acusava as oposições de usarem números enganosos. Meu Deus! Ele não sabe os números do seu próprio Ministério, ele não os conhece! E há mesmo uma pergunta que é preciso fazer: o Ministro, afinal, enganou-se ou foi enganado? É que as duas situações são graves e nenhuma ainda teve esclarecimento.

*Aplausos da IL.*

Olhemos para a habitação. O preço médio da habitação subiu 10 %. Mesmo os jovens que agora beneficiam de uma isenção de IMT e de imposto do selo, se adquirirem uma habitação de 300 000 €, aquilo que pagam a mais, com o aumento de 10 % que ocorreu, é mais do que aquilo que pouparam na isenção de IMT e de imposto do selo.

É esta, portanto, a situação do País e é esta a situação que tem de ser reconhecida por este Governo. Aquilo que temos são planos que estão a falhar, que vão continuar a falhar, porque mesmo se fossem cumpridos — e não estão a ser cumpridos —, não trariam nenhum tipo de reforma, absolutamente necessária.

Portanto, o que temos não são só planos que falham; o que temos é um plano inclinado, que leva o Governo da AD do patamar em que se quis colocar com as suas promessas ao patamar da realidade. É um plano inclinado de decepção, de apatia, de estagnação e de falta de cumprimento das promessas eleitorais.

Nós cá estaremos para insistir na necessidade de reformar o País e cá estaremos para dizer à AD que, se não tem culpa do País que recebeu do PS, tem toda a responsabilidade pelo estado atual do País e pelo caminho que ele está a tomar.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem três pedidos de esclarecimento.

Dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Marina Gonçalves, do Partido Socialista, para o primeiro pedido de esclarecimento.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Rocha, ouvi-o durante 6 minutos a falar sobre as maldades que este Governo fez em áreas como a educação e a saúde. Permita-me dizer que fico um bocadinho estupefacta que esta intervenção venha da parte do Sr. Deputado,...

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Porquê?!

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — ... porque aquilo que agravou o preço da habitação foi um conjunto de medidas que, efetivamente, o PSD e o CDS aqui apresentaram e que foram aprovadas por partidos como a Iniciativa Liberal.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

*Protestos da IL.*

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Já vinha de trás!

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — São medidas que têm um impacto enorme na oferta habitacional, são medidas que, em vez de responder a todos, respondem só a alguns e que, como o próprio setor diz, agravam o preço da habitação. É que não sou eu que o digo; é o setor, que tanto representam e que tanto defendem, que diz que as medidas que aqui aprovaram em conjunto fazem com que os preços aumentem.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Grande lata!

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — O mesmo se diga sobre a saúde, Sr. Deputado. O Sr. Deputado veio aqui falar-nos sobre o facto de estarmos piores, de os dados estarem piores. Nós também o dizemos: é verdade que estão piores. Mas sabe porquê? Porque houve um desinvestimento no SNS.

*Protestos da IL.*

Porque vocês não defendem — e, na verdade, querem reverter — o investimento no Serviço Nacional de Saúde e querem promover o investimento no privado, que é aquilo que o PSD e o CDS estão a fazer, o que provocou, efetivamente, o colapso na resposta de saúde, fazendo com que as pessoas não possam aceder à saúde.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Bem lembrado!

*Protestos da IL.*

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Por isso, Sr. Deputado, pergunto-lhe o que é que fazia de diferente do PSD e do CDS nesta matéria, tendo em conta que aquilo que está a ser apresentado são as medidas que tanto defenderam. Pergunto-lhe verdadeiramente o que é que faria de diferente nestas duas áreas.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Digo-lhe com todo o gosto!

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Mas falemos também da educação. Aí, Sr. Deputado, estamos de acordo.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Em quê?!

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Falemos dos números, falemos para o PSD, que vai falar a seguir. Enquanto deu jeito, tivemos um Governo a vir falar dos números, porque os números eram bons e mostravam que a estratégia do Governo tinha resultado. Quando os números deixaram de dar jeito, porque foram rapidamente corrigidos, já não eram bons números, já eram números falaciosos. Por isso, disseram: «Não vamos mais falar de números. A partir de agora, só falamos de números quando eu tiver os meus, porque esses é que vão ser bons, porque não têm comparação, e a partir daí é que se pode falar de habitação.»

Por isso, não lhe deixo nenhuma pergunta sobre isto, é mesmo uma concordância, em que temos aqui uma nova visão dos números por parte do Governo e por parte das bancadas parlamentares.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Carneiro, do Partido Social Democrata. Tem 2 minutos.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Rocha, ouvimos com muita atenção a intervenção da Iniciativa Liberal e não pude deixar de ficar perplexo com a intervenção que ouvi.

Repare, Sr. Deputado, no âmbito da educação, este Ministério apresentou 21 medidas, algumas das quais para executar até ao final do ano letivo. O ano letivo ainda não terminou, mas o Sr. Deputado já está com pressa, a dizer que nós não cumprimos, apesar de o ano letivo ainda não ter terminado.

*Protestos do PS.*

E mais! Ignora medidas estruturantes que, pela primeira vez, nós implementámos, enquanto o PS andou a assobiar para o lado: o apoio à deslocação dos professores, o concurso extraordinário e todas as outras medidas. E mais! Assumimos, pela primeira vez, o problema de termos de saber quantos alunos é que estão sem professor, porque o Partido Socialista nunca quis saber nem nunca quis assumir um número. Nunca quis assumir um número, Sr. Deputado.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Deputado ignora a transparência que trouxemos na gestão deste dossiê.

Mas o Sr. Deputado também ignora, por exemplo, o facto de termos chegado a acordo com os médicos, o facto de estarmos a tomar medidas, por exemplo, para salvar o INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica), depois de o Partido Socialista o ter desfalcado em largos milhões de euros, como sabe, mas o Sr. Deputado não quis lembrar-se disso.

Depois também falou aqui da habitação e dos jovens. Ó Sr. Deputado, é ou não um problema o acesso à habitação por parte dos jovens? É ou não verdade que este Governo tomou medidas no sentido de mitigar este problema e ainda temos de lutar por mais medidas para resolver esta questão?

*Protestos da Deputada da IL Mariana Leitão.*

Sr. Deputado, vou fazer-lhe uma pergunta. Não lhe vou perguntar sobre a saúde, não lhe vou perguntar sobre a educação nem a habitação; vou perguntar-lhe sobre a sua intervenção. A pergunta que tenho para lhe fazer é se preparou a sua intervenção com base em títulos de jornais.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre, para um pedido de esclarecimento de 2 minutos.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, desejos de bom ano à bancada da Iniciativa Liberal.

Solidarizo-me com a dificuldade que tiveram os Deputados que falaram antes de mim em procurar fazer um pedido de esclarecimento àquilo que é, na verdade, um florilégio de temas.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Somos exigentes!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — É difícil conseguirmos perceber isto. Quando a Iniciativa Liberal tem, por exemplo, na habitação, o resultado daquilo que tanto pediu, que era a reversão das medidas anteriores, do socialismo que vinha da Venezuela, do pacote Mais Habitação,...

*Protestos de Deputados do CH.*

... agora tem um socialismo que é o outro socialismo. Enquanto a Iniciativa Liberal tiver qualquer razão de queixa — desde a unha encravada até à gota —, é o socialismo, e de cada vez que a Iniciativa Liberal der um pontapé numa pedra, é preciso baixar os impostos, a solução está ali.

Mas o Sr. Deputado Rui Rocha ajudou-me numa coisa, pois deu uma porta de entrada para a sua intervenção quando disse «se o País do PS era péssimo» e «o PSD não tem culpa do País do PS, mas o País do PSD está pior ainda».

*Protestos de Deputados do CH.*

Nós não temos um País do PS nem um País do PSD. Não lhe faço a maldade de achar que pensa assim, mas a verdade é que o disse. Nós temos um País que é sempre o mesmo, e o País que nós temos não é inimigo do País que nós queremos, pelo menos para o Livre.

Na Iniciativa Liberal, o que se vê é, na verdade, uma espécie de resquício de um dogmatismo marxista «chapa 3», mas ao contrário,...

*Risos da IL e de Deputados do CH.*

... em que, para ter o país que a Iniciativa Liberal quer, era preciso haver outro país qualquer, era preciso mudar de povo.

Sr. Deputado Rui Rocha, o povo deste País deseja um país com Estado social, porque não houve Estado social neste País durante séculos. O povo deste País sabe que houve apenas um momento na história deste País que teve um verdadeiro elevador social, e foi na construção simultânea do Estado de direito e do Estado social.

O país que nós queremos — nós, Livre —...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tiveste tão poucos votos!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... é uma economia do conhecimento, na qual haja investimento em serviços públicos, em ciência, em desenvolvimento e na economia da inovação, que permita fazer subir salários. Há um caminho para chegar lá.

O caminho da Iniciativa Liberal, com o mero corte de impostos...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rocha. Dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, começando por responder ao Sr. Deputado Hugo Carneiro, de facto, não fiz a minha intervenção com base nos títulos dos jornais; fi-la mesmo com base no Programa Eleitoral da AD e do PS.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Não pode ter sido!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Absurdo!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Mas digo-lhe mais: é mau sinal quando alguém que está no poder começa a questionar os títulos dos jornais. É mau sinal, mau caminho, quando aquilo que vem nos títulos dos jornais começa a incomodar quem está no poder.



Vou-me situar nas questões sobre a educação que levantou. O Sr. Deputado Hugo Carneiro falou de um programa que está em execução, que tem medidas concretas, como o regresso de professores aposentados e concursos extraordinários.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Sabe quantos regressaram?!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Os dados que tenho apontam para terem regressado algumas centenas e terem sido colocadas algumas centenas, num objetivo — também creio saber — que era de alguns milhares, entre concursos e aposentados a regressar.

*Protestos do Deputado do PSD Pedro Alves.*

Portanto, há uma diferença muito grande entre o objetivo e aquilo que foi concretizado.

Há um problema sério, Sr. Deputado: é que, apesar dessas centenas que os senhores conseguiram ir buscar com essas medidas em desespero, no mês de janeiro vão-se reformar 400 professores.

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Carneiro.*

E no mês seguinte outros tantos, e no mês seguinte outros tantos, até ao fim do ano. Para isso, os senhores não têm solução.

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Carneiro.*

E a culpa — o Sr. Deputado também quer intervir na conversa! — é do Governo, é a partir do momento em que os senhores querem fazer remendos em problemas estruturais e sérios.

*Protestos do PSD.*

A discussão que devemos estar aqui a ter é sobre como é possível uma gestão centralizada de um ministério que nem sequer conhece os dados de gestão básicos.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — É uma vergonha o que está a dizer!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — É uma vergonha, sim, Sr. Deputado, é uma vergonha.

*Protestos do PSD.*

Portanto, Srs. Deputados do PSD, aquilo que os senhores deveriam estar a fazer é perceber como é que mudam para um sistema em que há liberdade de escolha, em que se respeitam as decisões da família, e se acaba com essa centralização absoluta do modelo de educação, que não é capaz sequer de produzir um conjunto mínimo de dados fiáveis.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Marina Gonçalves, relativamente a esta matéria e às perguntas que me dirigiu — de forma genérica, aliás —, quero responder-lhe um pouco com o que disse na tribuna. É extraordinário como os senhores não viam nada, não sabiam nada, nada se passava, não havia problema nenhum e, no dia seguinte, quando saem do poder, parece que despertam para todos os problemas do País, não apresentando soluções diferentes daquelas que implementaram.

*Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.*

Por isso, o que posso desejar-lhes é um longo período de oposição para continuarem a ver o que não viam antes, quando estavam no poder.

**Vozes da IL:** — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Deputado Rui Tavares, percebo a sua estranheza relativamente à posição que tomámos perante o PSD, porque o senhor nunca foi capaz de tomar essas posições quanto ao PS, quando o PS estava no poder. Por conseguinte, não estamos aqui para fazer nenhum favor ao PSD. Estamos para ser oposição, que é aquilo que o senhor não foi em relação ao PS.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Vocês ofereceram-se para ir para o Governo!

O Sr. **Presidente:** — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, posto isto, está terminada a nossa ordem do dia de hoje, que foi extensa e permitiu a todos os Srs. Deputados e Sr.<sup>as</sup> Deputadas iniciar o ano de forma muito conseguida.

Uma vez que não há anúncios a fazer à Câmara, resta-me dar conta da ordem do dia da próxima sessão plenária, que será na quinta-feira, às 15 horas, que consta de dois pontos.

No primeiro ponto, teremos a discussão da Proposta de Lei n.º 39/XVI/1.<sup>a</sup> (ALRAM) — Procede à segunda alteração da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1/2006, de 13 de fevereiro, na sua redação atual.

O segundo ponto consistirá no debate setorial, ao abrigo do artigo 224.º-B do Regimento, com a presença do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

Para quem quiser acompanhar, vai haver agora, no Salão Nobre, o cantar das Janeiras, por um grupo de Braga. É uma forma agradável de terminarmos o dia de hoje.

Muito obrigada e boa tarde, Srs. Deputados.

Está encerrada a sessão.

*Eram 19 horas e 20 minutos.*

*Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.